

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Fortaleza, maio de 2018



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Sumário

DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	3
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
ESTRATÉGIA	8
PROJETOS ESTRATÉGICOS	24
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA ..	38
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	39
RECURSOS PATRIMONIAIS	42
INFRAESTRUTURA	43
QUADRO DE PESSOAL.....	63
INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO.....	64
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS	108
ANEXO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2017	109



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

1.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017), "a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 120 varas, todas virtuais (com processos digitais/digitalizados). Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem vinte unidades de Juizados Especiais Cíveis e quatro unidades de Juizados Especiais Criminais. Já no restante do Estado, outras dezoito unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por três unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, da reciclagem e da permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e na Lei Estadual nº 16.397/2017 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Leis Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, e nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018.



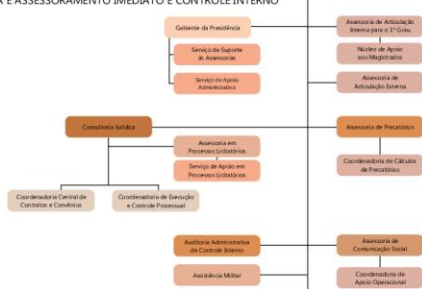
I - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



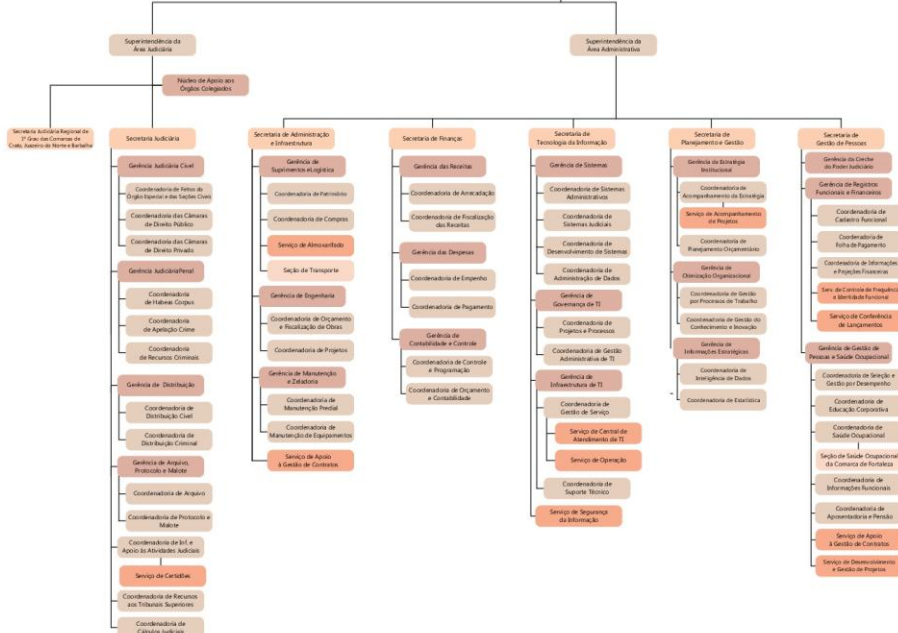
II - ADMINISTRAÇÃO DESCONCENTRADA E ÓRGÃOS PERMANENTES



III - UNIDADES DE ASSISTÊNCIA E ACESSORAMENTO IMEDIATO E CONTROLE INTERNO



IV - DIREÇÃO E GERENCIAMENTO SUPERIOR



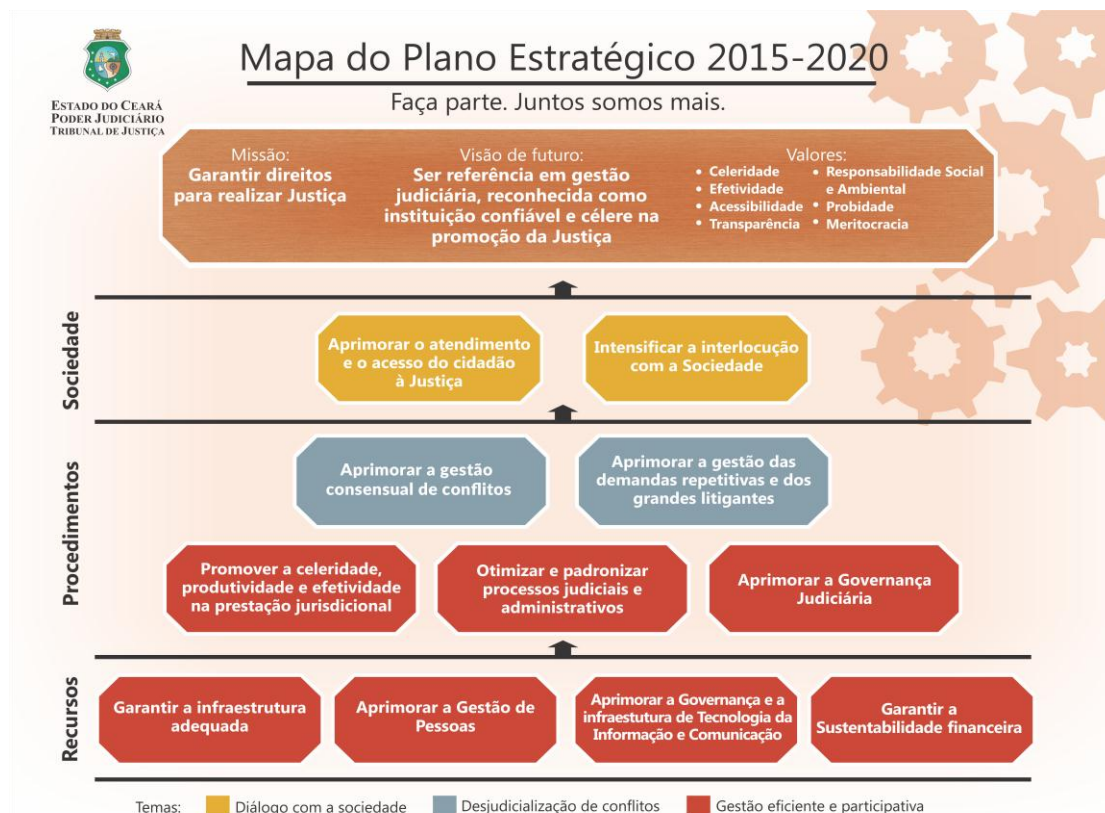


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, do Órgão Especial, e revisado pela Resolução nº 07, de 19 de maio de 2017, do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 11 (onze) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade) e 3 (três) temas (Diálogo com a Sociedade, Desjudicialização de conflitos, Gestão eficiente e participativa). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça.

II - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Probidade; e
- Meritocracia.

IV - Objetivos estratégicos distribuídos em três temas:

a) Diálogo com a Sociedade:

1. Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
2. Intensificar a interlocução com a Sociedade.

b) Desjudicialização de conflitos:

1. Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
2. Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

c) Gestão eficiente e participativa:

1. Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
2. Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
3. Aprimorar a Governança Judiciária;
4. Garantir a infraestrutura adequada;
5. Aprimorar a Gestão de Pessoas;
6. Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
7. Garantir a sustentabilidade financeira.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020):

Indicador 01: Índice de eficiência						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Permite a análise da eficiência dos tribunais, a partir de comparação entre o que foi produzido (produto) e o que foi gasto para produzir (insumo). Calculado pelo CNJ a partir das informações do Relatório Justiça em Números.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado obtido no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	71,0%					
Descrição da Meta	Elevar para 90,0% a eficiência do TJCE até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	73,0%	76,0%	79,0%	82,0%	86,0%	90,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 02: Índice de cumprimento da estratégia*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário cearense em relação às metas previstas para 2020, no intuito de quantificar o efetivo cumprimento da estratégia.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas de 2020. Para o cálculo, serão utilizados os dados mais atualizados de todos os indicadores do Plano Estratégico 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador nº 2. Inicialmente, será atribuída uma nota de 0 a 10 de acordo com o grau de cumprimento de cada indicador. Em seguida, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e as notas atribuídas a cada indicador.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	54,4%					
Descrição da Meta	Cumprir 100,0% da estratégia até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	60,0%	70,0%	85,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 03: Índice de satisfação do jurisdicionado	
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o atendimento, com as instalações físicas, com a comunicação com o público externo, com a prestação dos serviços (audiências e celeridade). Deverão ser consideradas as avaliações resultantes da pesquisa de satisfação geral do Poder Judiciário do Estado do Ceará e das pesquisas de satisfação realizadas nas Unidades que prestam atendimento ao jurisdicionado.
Frequência de medição	Anual



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Como medir	Média dos resultados das Pesquisas de Satisfação respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	47,5%					
Descrição da Meta	Elevar para 70,0% a satisfação do jurisdicionado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	50,0%	53,0%	56,0%	60,0%	65,0%	70,0%
Gestor das Metas	Ouvidoria					

Indicador 04: Índice de execução do Plano de Acessibilidade*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano de Acessibilidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Acessibilidade.					
Responsável pelos dados	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 05: Número de ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.					
Descrição do indicador	Mede a quantidade de ações e parcerias voltadas à facilitação e à ampliação do atendimento ao público em geral, mediante utilização dos critérios de impacto e capilaridade. Não devem ser considerados como ações/parcerias de ampliação do atendimento: projetos ainda não finalizados, ações que demandem novas ações para que tenham o efeito esperado pelo indicador; reformas de fóruns que não resultem em implantação de novas varas; ações continuadas, que foram implantadas anteriormente ao período de referência, mesmo que não tenham sido contabilizadas anteriormente. Para que seja contabilizada uma ação ou parceria, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação/parceria, informação de como contribui para a facilitação e a ampliação do atendimento ao público, o mês/ano e o local de implantação e qual a expectativa anual de público atingido.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Somatório do número de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão.					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Realizar 29 ações/parcerias até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	3	7	11	16	22	29
Gestor das Metas	Secretaria Judiciária					

Indicador 06: Número de ações para promoção/ampliação dos canais de comunicação com a sociedade	
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a sociedade.
Descrição do indicador	Mede a quantidade de ações, incluindo parcerias públicas e/ou privadas, para fins de promoção/ampliação de canais de comunicação visando à propagação



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

	de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário para a população em geral, conforme disposto na Resolução nº 85/2009 do CNJ. Serão consideradas ações que criem novos canais de comunicação ou que ampliem o raio de alcance dos canais existentes. Para que a ação seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação, mês/ano de implantação e número de participantes.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Somatório do número de ações realizadas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Realizar 11 ações/parcerias até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1	3	5	7	9	11
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 07: Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade						
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a sociedade.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de cumprimento das metas de ações de aproximação crítica do Judiciário com a sociedade civil organizada (debates, audiências públicas, fóruns sociais – permanentes ou provisórios etc.) e de participantes nessas ações e em eventos de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense. Para que a ação seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação, mês/ano de implantação e número de participantes.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{[(n^\circ \text{ de ações executadas/meta de ações}) + (n^\circ \text{ de participantes/meta de participantes})] / 2\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Ouvidoria					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% das metas de ações e de participantes até 2020.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Participantes	5.000	8.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Ações	2	4	4	6	6	6
Metas anuais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Ouvidoria					

Indicador 08: Índice de extinção de punibilidade pela prescrição						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos com sentença de extinção da punibilidade pela prescrição na 1ª instância.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^\circ \text{ de sentenças de extinção da punibilidade pela prescrição} / \text{total de sentenças criminais proferidas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	18,5%					
Descrição da Meta	Reduzir para 5,0% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,5%	16,0%	11,0%	9,0%	7,0%	5,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Indicador 09: Índice de audiências realizadas						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de audiências realizadas com base nas informações constantes dos sistemas processuais na 1ª instância.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de audiências realizadas} / \text{total de audiências agendadas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	44,7%					
Descrição da Meta	Aumentar para 65,0% o percentual de audiências realizadas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	48,0%	51,0%	54,0%	57,0%	61,0%	65,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 10: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta 1)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de distribuídos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[(\text{total de processos julgados} - 1) / \text{total de processos distribuídos}] \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	85,7%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 11: Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 2)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos antigos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	89,6%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 12: Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 4)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos relacionados à improbidade administrativa ou a crimes contra a Administração Pública.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	49,2%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 13: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	63,8%					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	61,6%	57,7%	54,0%	49,5%	44,9%	39,5%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					
Cogestores por Instância	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2º Grau (Sejud)	59,4%	56,4%	52,4%	49,4%	45,4%	40,4%
1º Grau (Corregedoria-Geral da Justiça)	62,0%	58,0%	54,0%	49,0%	44,0%	38,0%
Turmas Recursais	65,5%	64,5%	62,5%	60,5%	58,5%	56,5%
Juizados Especiais (Corregedoria-Geral da Justiça)	59,8%	56,8%	53,8%	49,8%	45,8%	40,8%

Indicador 14: Taxa de congestionamento na fase de execução						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos em fase de execução que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	69,6%					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	67,6%	65,6%	63,6%	61,6%	59,6%	57,6%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					
Cogestores das Metas	Magistrados a serem designados para atuar na: 1) execução judicial não criminal; 2) execução fiscal; e 3) execução extrajudicial não fiscal.					

Indicador 15: Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única	
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos.
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única.
Frequência de medição	Mensal



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Como medir	(nº de unidades contempladas / total de unidades de entrância final) x 100					
Responsável pelos dados	Presidência					
Linha de base	8,8%					
Descrição da Meta	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,7%	29,4%	44,1%	61,8%	79,4%	100,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 16: Índice de modelagem e aprimoramento de processos*						
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos estratégicos modelados e aprimorados.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de processos modelados ou aprimorados / nº de processos estratégicos) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Metas a definir. Cálculo da linha de base em 2017.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	-	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 17: Índice de casos novos eletrônicos						
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos.					
Descrição do Indicador	Mede o percentual de casos novos eletrônicos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Quantidade de casos novos eletrônicos / Quantidade de casos novos) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Obter 100,0% de casos novos eletrônicos até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	48,0%	49,0%	52,0%	70,0%	85,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 18: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o nível de Governança do Poder Judiciário cearense com base em instrumento de mensuração validado e reconhecido sobre Governança Pública.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado obtido no instrumento de mensuração da Governança utilizado.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o nível de Governança para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	50,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Indicador 19: Índice de execução da estratégia*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas do ano vigente no intuito de mensurar seus efetivos acompanhamento e mensuração.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% cumprimento das metas do Plano Estratégico 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador nº 19. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor “zero”.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	73,4%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 20: Índice de incremento das audiências de mediação e conciliação nos Cejuscs*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de audiências de mediação e conciliação realizadas no âmbito dos Cejuscs.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas audiências de mediação e conciliação realizadas no âmbito dos Cejuscs em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Metas a definir. Calculo da linha de base em 2017.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-
Incremento	-	-	-	-	-	-
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 21: Índice de incremento de acordos processuais homologados*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de acordos processuais homologados.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento na quantidade de acordos processuais homologados (renúncia, transação e reconhecimento de procedência) em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações.					
Linha de base	61.084 acordos processuais homologados em 2015					



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Elevar o índice de acordos processuais homologados para 25,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acordos Processuais Homologados	61.084	65.360	67.192	70.247	73.301	76.355
Incremento	-	7,0%	10,0%	15,0%	20,0%	25,0%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 22: Índice de incremento de acordos pré-processuais homologados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão consensual de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de acordos pré-processuais homologados.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento na quantidade de acordos pré-processuais homologados em relação ao ano base.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	2.233 acordos pré-processuais em 2015					
Descrição da Meta	Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Conciliações Pré- processuais	2.233	2.590	2.724	2.858	2.992	3.126
Incremento	-	16,0%	22,0%	28,0%	34,0%	40,0%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 23: Índice de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do plano para aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.					
Responsável pelos dados	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Vice-Presidência					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 24: Índice de avaliações das edificações	
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada.
Descrição do indicador	Mede a qualidade da infraestrutura por meio de avaliações técnicas envolvendo as instalações físicas e o mobiliário das unidades do Poder Judiciário cearense, bem como dos resultados na pesquisa de satisfação com a infraestrutura envolvendo as instalações físicas e o mobiliário.
Frequência de medição	Anual
Como medir	$\frac{[(\text{média dos índices de avaliação das edificações}) + (\text{média dos índices de avaliação do mobiliário das unidades}) + (\text{resultado do índice de satisfação com a infraestrutura})]}{3}$
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Linha de base	48,52%					
Descrição da Meta	Definição das metas após elaboração do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.					
Metas anuais	2015 -	2016 -	2017 -	2018 -	2019 -	2020 -
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

Indicador 25: Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações*						
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o qual contempla o passivo de reformas, construções, aquisições de mobiliário e modernizações no âmbito de engenharia e manutenção.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015 -	2016 -	2017 100,0%	2018 100,0%	2019 100,0%	2020 100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 26: Índice de incremento em investimento*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a infraestrutura adequada.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento em investimento com relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015 -	2016 -	2017 Investiment o 2016 + variação da UFIRCE + 5%	2018 Investiment o 2017 + variação da UFIRCE + 5%	2019 Investiment o 2018 + variação da UFIRCE + 5%	2020 Investimento 2019 + variação da UFIRCE + 5%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 27: Índice de capacitação nas competências profissionais	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas dos cargos.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	(nº de servidores capacitados / total de servidores) x 100



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de servidores capacitados nas competências profissionais para 80,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30,0%	40,0%	67,0%	70,0%	75,0%	80,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 28: Índice de servidores efetivos						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores efetivos em relação à força de trabalho total.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de servidores efetivos} / \text{força de trabalho total}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de servidores efetivos para 66,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30,0%	40,0%	60,0%	64,0%	65,0%	66,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 29: Índice de aprimoramento de magistrados*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) de, no mínimo, 40h.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM} / n^{\circ} \text{ total de magistrados}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente o percentual de magistrados capacitados de 50,0% até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 30: Índice de governança em gestão de pessoas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o aprimoramento da Gestão de Pessoas por meio da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas) e do resultado da pesquisa de clima organizacional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\% \text{ de atendimento ao questionário Gov Pessoas} + \% \text{ de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional}) / 2$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 65,0% até 2020.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Questionário GovPessoas	20,0%	30,0%	46,0%	49,0%	52,0%	55,0%



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Pesquisa de Clima	70,0%	72,0%	68,0%	70,0%	72,0%	75,0%
Metas anuais	45,0%	51,0%	57,0%	59,5%	62,0%	65,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 31: Percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das unidades de apoio direto à atividade judicante (judiciárias e não judiciárias) que estão em conformidade com a lotação paradigma (calculada com base nos parâmetros previstos na Resolução CNJ nº 219/2016).					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de unidades com a força de trabalho em conformidade com tabela de lotação paradigma. Consideram-se unidades em conformidade aquelas que possuem força de trabalho equivalente ao quantitativo indicado pela tabela de lotação paradigma ou que não possuam superávit ou déficit maior do que 1 servidor.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	48,9%					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma para 65,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	52,0%	55,0%	60,0%	65,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 32: Índice de execução do Plano de Gestão de Pessoas*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Gestão de Pessoas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 33: Índice de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Descrição do indicador	Mede a adequação das práticas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao instrumento de avaliação iGovTIC-JUD (Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – CNJ).
Frequência de medição	Anual
Como medir	% de atendimento ao Questionário “Perfil iGovTIC-JUD”
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação
Linha de base	50,0%



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Elevar o índice de governança de TIC em 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	70,0%	80,0%	85,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 34: Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% cumprimento das metas do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico de TIC 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador de execução do Plano Estratégico de TIC. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor “zero”.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	91,37%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 35: Índice de incremento da arrecadação*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2018 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE + 4,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Indicador 36: Índice de receita própria*						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de arrecadação própria.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{receita própria} / \text{receita total}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	60,0% (2015)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 1,0% o índice de receita própria em relação ao percentual realizado no ano interior.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	60,6%	Resultado apurado em 2017 + 1,0%	Resultado apurado em 2018 + 1,0%	Resultado apurado em 2019 + 1,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2017.

Indicador 37: Índice de execução do Plano de Logística Sustentável						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do PLS-PJ.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Gestão de Pessoas.					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	25,0%	40,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Núcleo Socioambiental					

VI – Lista de Programas Estratégicos

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Ampliação da comunicação com a Sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da acessibilidade
		Promoção de discussões e debates com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Criação da identidade visual do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Fortalecimento da Assessoria de Comunicação
2	Aprimoramento da Gestão de Pessoas	Capacitação dos servidores nas competências específicas
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
		Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho
		Criação da Universidade Corporativa do Poder Judiciário cearense



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

3	Aperfeiçoamento da Gestão Financeira	Incremento da arrecadação
		Otimização da gestão de custos
4	Desenvolvimento da Governança Corporativa	Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia
		Desenvolvimento da governança de TIC
		Aprimoramento da gestão participativa
		Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas
5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC
		Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
		Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
6	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional	Criação de cargo de assessor de magistrado de 1º grau
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
		Contribuição para o cumprimento de metas nacionais
		Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais
		Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Aumento da efetividade na prestação jurisdicional
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
		Efetividade na realização das audiências
		Otimização e uniformização dos serviços por especialidade
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
		Ampliação das parcerias com instituições externas
7	Otimização Organizacional	Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais e administrativos
		Ampliação do número de secretarias únicas
		Reestruturação organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Readequação das competências das varas de forma a especializá-las
		Estabelecimento de sistemática para aprimorar a gestão de processos de trabalho
		Padronização de procedimentos relativos à comunicação interna
		Estabelecimento de sistemática para a gestão documental
8	Redução da judicialização de conflitos	Fortalecimento da oferta das soluções alternativas de conflitos
		Criação de centros judiciais de soluções alternativas de conflitos



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada avaliação anual (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2017, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.

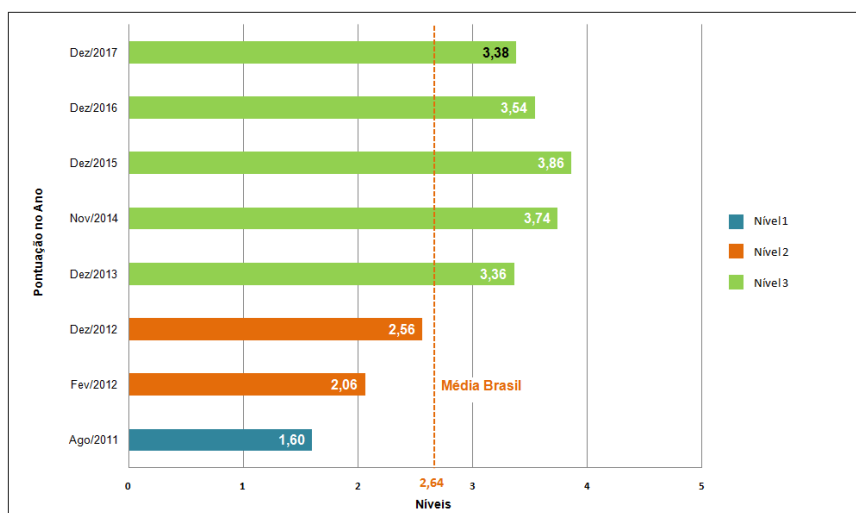
Isto posto, observe-se que, embora no gráfico abaixo seja demonstrado que houve uma redução do nível de maturidade em relação ao ano de 2016, a maturidade do PJCE permanece no Nível 3 – Padronizado, e acima da média nacional das Organizações Públicas e Privadas, segundo



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Darci Prado (2014), que é de 2,64. Ressalte-se, ainda, que a queda no nível de maturidade também foi resultado de mudanças nos critérios de avaliação do modelo utilizado.

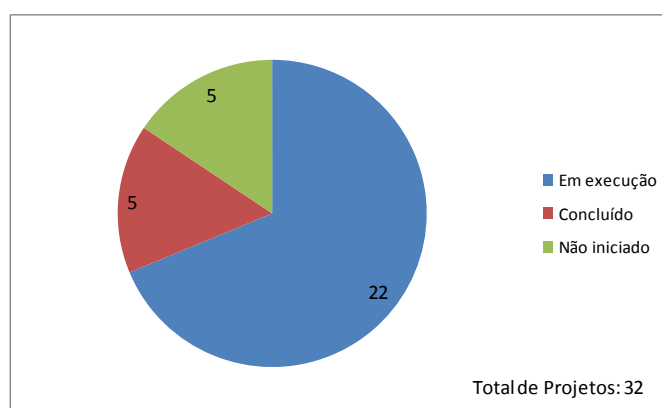
Figura 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

Os gráficos e tabelas a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da gestão 2017-2019, listados no Anexo IV da Resolução nº 07/2017 do Órgão de Especial, e relacionados ao Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Figura 2 - Projetos Estratégicos – Status



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

Observações:

(1) Um projeto é considerado “em execução” quando inicia as atividades previstas no cronograma do projeto e após aprovado O Termo de Abertura do Projeto (TAP) e o Plano de Gerenciamento.

(2) Um projeto é considerado “não iniciado” quando está aprovado no portfólio, porém há algum impedimento para sua ativação, como é o caso de projetos que aguardam disponibilidade de recursos financeiros, de pessoal e de infraestrutura.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Quadro 1 - Projetos estratégicos da gestão 2017-2019

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Implantação do SAJ no Interior	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Contratação de serviços para implantação do SAJ no interior e de suporte local para expansão do SAJ no interior; (em andamento - 76%)• Implantação do SAJ no interior; (em andamento - 6%)• Migração de dados do SPROC ao SAJ (dados processuais e Banco Nacional de Mandados do Prisão - BNMP). (em andamento - 5%)	(Indicador 13): Taxa de congestionamento.
Saneamento dos dados processuais da área criminal do 1º grau	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Classificação dos dados ajustada e dados saneados nos sistemas processuais SAJPG e PJE:• 1. Relatórios sistemáticos elaborados (a iniciar)• 2. Normatização publicada (a iniciar)• 3. Servidores/prestadores capacitados (a iniciar)• 4. Dados saneados (ciclos de saneamento de dados com duração de 30 dias cada) (a iniciar)• Funcionalidades desenvolvidas no Painel de Monitoramento da Área Criminal (INTEGRAJUS) para utilização pela Corregedoria. (a iniciar)	(Indicador 13): Taxa de congestionamento
Estruturação dos Cejuscs	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Espaços físicos selecionados (Comarcas de Cascavel, Eusébio e Aquiraz); (concluído)• Espaços físicos reformados e adequados; (Comarcas de Icó, Russas, Iguatu, Granja, Eusébio, Aquiraz, Maranguape e Cascavel); (em andamento - 13%)• Deslocamento e instalação do Mobiliário e equipamentos tecnológicos aos CEJUSCs (Comarca de Eusébio); (a iniciar)• Concurso de remoção realizado com vagas para atuar nos CEJUSCs. (Aquiraz, Aracati, Barbalha, Cascavel, Eusébio, Granja, Maranguape, Mombaça, Pacatuba, Santa Quitéria, Tianguá, Várzea Alegre, Brejo Santo, Canindé, Caucaia, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Pacajus); (a iniciar)	(Indicador 21): Elevar o índice de acordos processuais homologados para 25% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Implantação do Sistema de Peritos, Intérpretes e Tradutores - SIPER	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Módulo de nomeação de peritos, intérpretes e tradutores; (em andamento - 27%)• Módulo de requisição de pagamentos de peritos, intérpretes e tradutores; (a iniciar)• Capacitação para juízes e servidores operarem o sistema. (a iniciar)	(Indicador 13): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Adaptação de prédio para funcionamento do Fórum de Iracema	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Projetos (Arquitetônico, Estrutura, Hidrossanitário, Gás, Combate a Incêndio, Elétrico, Cabeamento Estruturado, Climatização, Orçamento e Projeto Básico); (concluído)• Contratação do fornecedor; (concluído)• Execução da Obra; (em andamento - 32%)• Transferência do Fórum (instalação dos equipamentos de informática, mobiliário e reorganização do acervo processual e bens apreendidos). (a iniciar)	(Indicador 25): Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.
Construção do Novo Fórum de Itapajé	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Projetos (Arquitetônico, Terraplanagem, Canteiro de Obras, Estrutural, Hidrossanitário, Gás, Combate a Incêndio, Elétrico, Cabeamento Estruturado, Proteção Contra Descargas Atmosféricas, Sonorização, Climatização, Transporte Vertical, Orçamento e Projeto Básico); (concluído)• Contratação do Fornecedor; (concluído)• Execução da Obra; (em andamento - 4%)• Aquisição de Mobiliário; (em andamento - 10%)• Transferência do Fórum (instalação dos equipamentos de informática, mobiliário e reorganização do acervo processual). (a iniciar)	(Indicador 25): Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.
Construção do Novo Fórum de Russas	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Projetos (Arquitetônico, Terraplanagem, Canteiro de Obras, Estrutural, Hidrossanitário, Gás, Combate a Incêndio, Elétrico, Cabeamento Estruturado, Proteção Contra Descargas Atmosféricas, Sonorização, Climatização, Transporte Vertical, Orçamento e Projeto Básico); (concluído)• Contratação do fornecedor; (em	(Indicador 25): Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		andamento - 90%) <ul style="list-style-type: none">• Execução da Obra; (a iniciar)• Aquisição de Mobiliário; (a iniciar)• Transferência do Fórum (Instalação dos equipamentos de informática, mobiliário e reorganização do acervo processual). (a iniciar)	
Adaptação de Residência Oficial para funcionamento do Fórum de Independência	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Execução da Obra;• Transferência do Fórum (instalação dos equipamentos de informática, mobiliário e reorganização do acervo processual).	(Indicador 25): Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.
Adaptação de Residência Oficial para funcionamento do Fórum de Santa Quitéria	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Projetos (Arquitetônico, Estrutura, Hidrossanitário, Gás, Combate a Incêndio, Elétrico, Cabeamento Estruturado, Climatização, Orçamento e Projeto Básico);• Contratação do fornecedor;• Execução da Obra;• Transferência do Fórum (instalação dos equipamentos de informática, mobiliário e reorganização do acervo processual e bens apreendidos);	(Indicador 25): Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações.
Implantação da citação e intimação eletrônica no SAJSG	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Normativo que discipline os procedimentos de intimação e citação eletrônica no âmbito da segunda instância do Poder Judiciário do Ceará; (a iniciar)• Configuração do sistema, com a elaboração de modelos de expedientes de citação e intimação e definição de filas e atividades nos respectivos fluxos de trabalho; (em andamento - 39%)• Implantação gradativa das funcionalidades de citação e intimação, em função das entidades conveniadas (MP, Defensoria Pública, PGE e PGM); (em andamento - 39%)• Capacitação dos usuários internos (servidores) e externos (entidades), de acordo com o cronograma de implantação, para utilizar o sistema. (em andamento - 39%)	(Indicador 13): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Padronização e Integração do Mandado de Prisão	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Modelagem e aprimoramento dos processos do mandado de prisão; (em andamento - 87%)• Especificação e implementação das interfaces de integração do mandado de prisão; (a iniciar)	(Indicador 16): Índice de modelagem e aprimoramento de processos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		<ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento e publicação de relatórios e gráficos do mandado de prisão no painel de monitoramento; (em andamento - 4%)Adequação da Resolução nº 25/2016, que trata da Política de Segurança da Informação, aos processos de mandado de prisão, com a devida aprovação pelo Órgão Especial. (a iniciar)	
Aprimoramento da Justiça Criminal	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Implantação do Portal E-Saj e Malote Digital para remessa de documentos eletrônicos entre a SEJUS e TJCE; (concluído)Evolução do Sistema de Consulta Processual Unificada - SPCU para atender as necessidades do CANCEUN; (concluído)Construção e implantação de Sistema de Consultas de Antecedentes Criminais Unificadas no Poder JudiciárioCearense. (em andamento - 82%)	(Indicador 13): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Implantação de ferramenta de inteligência analítica de dados	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento do processo automatizado de extração, transformação e carga de dados (ETL - Extract Transform Load); (em andamento - 43%)Desenvolvimento da aplicação do usuário (Interface); (em andamento - 51%)Implantação da ferramenta de inteligência analítica de dados; (a iniciar)Treinamento de servidores. (a iniciar)	(Indicador 34): Índice de execução da estratégia de tecnologia da informação e comunicação.
Desenvolvimento de Sistema de Requerimento e Emissão Eletrônica de Certidões	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Requerimento online de solicitação de certidão negativa cível e criminal; (concluído)Envio da certidão assinada via e-mail; (em andamento - 21%)Emissão da certidão negativa cível e criminal online 2º Grau e 1º Grau Comarca de Fortaleza; (em andamento - 99%)Portaria. (em andamento - 71%)	(Indicador 05): Realizar 11 ações/partnerias para ampliar o atendimento ao cidadão até 2017.
Implantação de Videoconferência	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Processo de operacionalização da solução com papéis e recursos necessários mapeados; (concluído)Aquisição de 15 equipamentos de videoconferência, gravação, armazenamento e proteção para rede convergente de voz, dados e imagem com	(Indicador 09): Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		<p>inclusão de TV, suporte, monitor; (em andamento - 93%)</p> <ul style="list-style-type: none">• Instalação dos equipamentos de áudio e vídeo para realização de videoconferências, sendo 9 equipamentos nas unidades judiciárias (7 no Fórum Clóvis Beviláqua, 1 no Fórum de Maracanaú e 1 no Fórum de Caucaia) e 6 equipamentos nas unidades prisionais (CPPL II, III e IV – Pacatuba – IPPOII – Caucaia); (em andamento - 27%)• Implantação de sistema para gerenciamento da marcação das audiências, cedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas; (concluído)• Treinamento para operacionalização dos equipamentos. (em andamento - 88%)	
Expansão dos serviços da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC)	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Espaço físico reformado; (em andamento - 52%)• Mobiliário e equipamentos de informática instalados; (em andamento - 90%)• Processo "Cumprir alvará de soltura" aprimorado; (em andamento - 39%)• Serviço "Cumprir alvará de soltura" expandido e normatizado; (a iniciar)• Processo "Cumprir mandado de citação e intimação de réus presos" implantado; (em andamento - 6%)• Serviço "Cumprir mandado de citação e intimação de réus presos" expandido e normatizado; (a iniciar)• Processo "Requisitar presos para audiência" aprimorado; (a iniciar)• Servidores do TJCE lotados na CIAAC; (em andamento - 43%)• Servidores da SEJUS e 2 servidores da SSPDS lotados na CIAAC; (em andamento - 20%)• Treinamento para novos servidores lotados na CIAAC. (a iniciar)	(Indicador 13): Taxa de congestionamento.
Criação da Central Única de Atendimento do Poder Judiciário	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Projeto arquitetônico de adequação elaborado e execução da obra; (em andamento - 58%)• Aquisições (mobiliário, computadores, software de gerenciamento de senhas, painéis de senhas, emissor de senhas); (em andamento - 44%)	(Indicador 05): Nº de ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		<ul style="list-style-type: none">• Contratação de terceirizados; (em andamento - 46%)• Normatização de funcionamento da Central de Atendimento; (em andamento - 42%)• Equipe capacitada nas rotinas das informações processuais, protocolo, arquivo e atendimento ao público; (a iniciar)• Plano de comunicação divulgado; (a iniciar)• Estações de trabalhos instaladas no novo espaço (mobiliários e computadores remanejados e instalados); (a iniciar)• Procedimentos manualizados. (em andamento - 41%)	
Ampliação e aprimoramento da segurança institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Reforma, estruturação e equipagem do depósito de provas bélicas - DEPROB do FCB; (concluído)• Aquisição de rádios de comunicação para utilização pela equipe de segurança do TJCE; (concluído)• Aquisição de coletes balísticos para magistrados em situação de risco; (concluído)• Aquisição de armários-cofres para guarda provisória de armas vinculadas a processos judiciais; (em andamento - 22%)• Aquisição de sistema de proteção por gradil; (em andamento - 37%)• Sistema de Segurança com videomonitoramento e alarmes (em andamento - 24%).	(Indicador 24): Índice de avaliações das edificações.
Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento dos Serviços Extrajudiciais - SASE	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Implantação/aprimoramento dos relatórios de monitoramento do estoque de selos e de relatórios específicos das discrepâncias existentes no consumo;• Revisão das regras de gestão do estoque de selos;• Modificação no Sisguia, de forma que todos os atos sejam cadastrados por demanda, a qual passará a ser vinculada a um CPF;• Implantação de Relatórios de acompanhamento/fiscalização;• Normatização (Provimento da CGJ);• Implantação do sistema modificado;	(Indicador 18): Elevar o nível de Governança para 90% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		<ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento de ferramenta geradora de xml para exportação das informações para o Sisguia.	
Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária	Concluído	<ul style="list-style-type: none">Produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual no Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição do TJCE;Analisar e racionalizar os procedimentos desses setores, identificando problemas de atividades, o tempo de execução de cada atividade e a possibilidade de delegação, evitando retrabalhos;Padronizar as rotinas das unidades conforme suas competências;Manualização de normas e procedimentos internos da Sejud;Divulgar o mapeamento dos fluxos processuais vinculados às normas e procedimentos a serem seguidos, informando ao usuário interno o motivo, o tempo e a forma de fazer as suas atividades diárias, facilitando a multiplicação dos conhecimentos.	(Indicador 16): Índice de modelagem e aprimoramento de processos.
Desenvolvimento e implantação de sistema de gestão e avaliação de desempenho por competências	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Solução para Avaliação do Estágio Probatório desenvolvido e implantado para realizar a primeira avaliação de Estágio Probatório no TJCE; (concluído)Sistema De Avaliação de Desempenho do Poder Judiciário (SADJUS) adequado à portaria 1550/2017 e desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; (em andamento - 14%)	(Indicadores 30): Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 65% até 2020.
Aprimoramento da Gestão da Despesa	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Redesenho e adequação do fluxo de 05 (cinco) processos relacionados à execução de despesas:1. Programação e Movimentação Financeira; (em andamento - 97%)2. Autorização de Dotação Orçamentária; (em andamento - 80%)3. Pagamento de Pessoal Requisitado; (a iniciar)4. Folha de Pagamento; (a iniciar)5. Diárias. (em andamento - 83%)Elaboração das normas para garantir o cumprimento dos procedimentos redefinidos a partir do redesenho dos fluxos. (a iniciar)	(Indicador 18): Elevar o nível de Governança para 90% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Desenvolvimento do Modelo de Governança Orçamentária	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Modelo de Governança Orçamentária normatizado; (em andamento - 72%)• Manual do planejamento orçamentário publicado na intranet; (em andamento - 37%)• Capacitação dos envolvidos no uso do Manual do planejamento orçamentário (a iniciar)	(Indicador 18): Elevar o nível de Governança para 90% até 2020.
Aprimoramento Administrativo e Pedagógico da ESMEC	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Definição de cargos e funções; (concluído)• Elaboração do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI; (concluído)• Elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP; (concluído)• Publicação do Regimento Interno da Instituição; (em andamento - 40%)• Plano Estratégico. (em andamento - 67%)• Manualização e redesenho de processos; (a iniciar)	(Indicadores 29): Alcançar anualmente o percentual de magistrados capacitados de 50% até 2020.
Informatização das Atividades da Auditoria	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Sistema SISAUD Atual com o Módulo de Cadastro; (concluído)• Modulo Executar Auditoria; (concluído)• Modulo Monitorar Auditoria; (em andamento - 93%)• Integração da solução. (em andamento - 83%)	(Indicador 16): Índice de modelagem e aprimoramento de processos.
Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Instituir equipe multissetorial responsável pela Gestão de Segurança Corporativa da Informação composta por representantes das seguintes unidades SETIN, SEPLAG, SEJUD, SECAD, SGP e FCB; (concluído)• Elaborar Política de Segurança da Informação (PSI) para o Poder Judiciário cearense; (concluído)• Elaborar proposta de Normas de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; (concluído)• Formalizar a equipe de GRISI, instituído pela Política de Segurança da Informação; (concluído)• Implantar a Gestão da Política de Segurança da Informação; (em andamento - 57%)• Modelar os processos: Gerenciamento	(Indicador 34): Índice de execução da estratégia de tecnologia da informação e comunicação.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

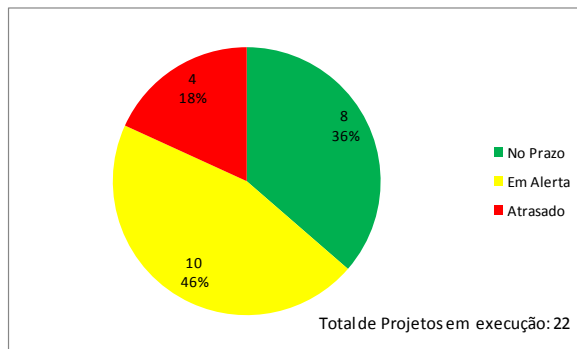
Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		de Riscos, Gerenciamento de Incidentes de Segurança da Informação, Gerenciamento de Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação; (em andamento - 79%) <ul style="list-style-type: none">• Implantar a Gestão de Incidentes de Segurança da Informação; (a iniciar)• Implantar a Gestão de Ativos de Segurança da Informação; (a iniciar)• Implantar a Gestão de Acesso Lógico; (a iniciar)	
Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Processos de avaliação, monitoramento e direcionamento da TIC definidos, alcançando a maturidade de 60% do Perfil GovTI 2014/TCU; (concluído)• Atingimento do percentual de 60% do iGovTIC-JUD - processos modelados e documentos publicados; (concluído)• Sistema de gestão de demandas especificado; (concluído)	(Indicador 33): Elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020.
Reestruturação da organização judiciária	Não iniciado	-	-
Instalação de Secretarias Únicas	Não iniciado	-	-
Reestruturação administrativa, tecnológica e de pessoal da CEMAN da Comarca de Fortaleza	Não iniciado	-	-
Implantação do sistema de progressão e promoção	Não iniciado	-	-
Implantação do sistema de correição/inspeção judiciais e extrajudiciais	Não iniciado	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/TJCE.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 3 - Projetos estratégicos em execução – Cumprimento de prazos



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

O Índice de Desempenho de Prazo (IDP) é o indicador responsável por medir a eficiência do cumprimento do cronograma de um projeto. Seu cálculo é obtido através da equação abaixo:

$$IDP = 1 - [(DP - DLB) / DLB]$$

Onde:

- i. DP: Duração Projetada: corresponde à duração do cronograma do projeto em execução, contemplando os atrasos e adiantamentos do mesmo.
- ii. DLB: Duração da Linha de Base: corresponde à duração da linha de base mais recente aprovada pelos responsáveis.

O resultado compreende qualquer valor no conjunto dos números inteiros (... , -2, ..., -1, ..., 0, ..., 1, ..., 2, ...) e serão interpretados da seguinte forma:



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Quadro 2 - Interpretação IDP

IDP	Interpretação	Cor
1	Significa que a execução do projeto corresponde exatamente ao que foi planejado. Trata-se do cenário ideal.	●
> 1	Significa que a execução do projeto está adiantada em relação ao que foi planejado. Apesar de parecer um excelente cenário, a menos que possua justificativa plausível, pode não representar um bom planejamento do tempo, pois, provavelmente, algumas atividades tiveram seus prazos superdimensionados.	●
$1 > \text{IDP} \geq 0,85$	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso de no máximo 15% em relação à duração aprovada.	●
< 0,85	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso maior que 15% em relação à duração aprovada.	●

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 1 - Dados relativos ao Relatório de Acompanhamento Mensal – RAP de dezembro/2017:

Unidade	Nome do Projeto	IDP	Progresso
Corregedoria Geral da Justiça	Saneamento dos dados processuais da área criminal do 1º grau	1,00	0%
Comissão de Informática	Implantação do SAJ no Interior	1,05	24%
	Implantação de Videoconferência	1,00	72%
Comissão de Segurança Permanente	Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	0,88	54%
Fórum Clóvis Beviláqua	Criação da Central Única de Atendimento do Poder Judiciário	0,49	42%
Escola Superior da Magistratura do Ceará - Esmec	Aprimoramento Administrativo e Pedagógico da ESMEC	1,00	43%
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Adaptação de prédio para funcionamento do Fórum de Iracema	0,96	78%
	Construção do Novo Fórum de Russas	0,95	23%
	Construção do Novo Fórum de Itapajé	1,00	41%
Secretaria de Finanças - SEFIN	Aprimoramento da Gestão da Despesa	0,89	63%
Secretaria Judiciária - SEJUD	Desenvolvimento de Sistema de Requerimento e Emissão Eletrônica de Certidões	0,90	78%
	Implantação do Sistema de Peritos, Intérpretes e Tradutores - SIPER	0,71	16%
	Implantação da citação e intimação eletrônica no SAJSG	0,82	57%
Auditoria	Informatização das Atividades da Auditoria	1,00	96%
Secretaria de Planejamento e Gestão -	Implantação de ferramenta de inteligência analítica de dados	0,93	43%



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

SEPLAG	Desenvolvimento do Modelo de Governança Orçamentária	0,92	62%
Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN	Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará	0,98	74%
Superintendência da Área Judiciária - SUPJUD	Aprimoramento da Justiça Criminal	0,93	87%
	Padronização e Integração do Mandado de Prisão	0,83	16%
	Expansão dos serviços da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC)	0,92	25%
	Estruturação dos Cejuscs	1,01	17%
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Desenvolvimento e implantação de sistema de gestão e avaliação de desempenho por competências	1,00	33%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 2 - Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2017	QTD. REALIZADA 2017
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1	MELHORIA DA ESTRUTURA PARA A OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	46	41
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	02	AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	5	6
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	03	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA PARA OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	470	472
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	01	MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL	1	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	02	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS PROCEDIMENTOS POLICIAIS AO PODER JUDICIÁRIO	20	11
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	03	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRISIONAIS AO PODER JUDICIÁRIO	6	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	04	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À ÁREA CRIMINAL	14	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	05	MELHORIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	1	0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 órgãos em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47; e
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2017:

Tabela 3 – Execução Orçamentária 2017 – Tribunal de Justiça

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.090.286.334,00	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	1.087.965.364,53	99,94	99,76
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	955.562.349,00	982.520.019,89	981.942.858,36	981.696.829,27	99,94	99,92
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.693.985,00	108.027.266,00	107.978.588,02	106.268.535,26	99,95	98,37
44 INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.090.286.334,00	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	1.087.965.364,53	99,94	99,76

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta tríplice estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará (fonte 00). Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2017, representou 99,94% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Tabela 4 - Execução Orçamentária 2017 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2017
LEI Nº 16.199, de 29/12/2016
Consolidado por Órgão e Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	955.562.349,00	982.520.019,89	981.942.858,36	981.636.829,27	99,94	99,92
319003 PENSÕES DO RGPS E DO MILITAR	4.080.000,00	3.880.000,00	3.857.617,10	3.857.617,10	99,42	99,42
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	796.632.431,00	809.516.583,99	809.516.583,99	809.516.583,99	100,00	100,00
319012 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	4.220.000,00	4.851.000,00	4.850.956,38	4.850.956,38	100,00	100,00
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.360.000,00	7.122.615,89	7.122.615,89	7.122.615,89	100,00	100,00
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CML	18.000,00	1.474.854,90	1.385.816,64	1.385.439,54	93,96	93,94
319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.714.833,00	5.984.833,00	5.738.778,30	5.580.381,69	95,73	93,09
319096 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.080.000,00	521.992,11	516.953,42	516.953,42	99,03	99,03
319113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	134.657.085,00	147.976.140,00	147.913.532,16	147.913.532,16	99,96	99,96
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.000,00	150.000,00	70.299,80	70.299,80	46,87	46,87
319196 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	590.000,00	972.000,00	969.704,88	882.449,50	99,76	90,79
Total Geral	955.562.349,00	982.520.019,89	981.942.858,36	981.636.829,27	99,94	99,92

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 5 - Execução Orçamentária 2017 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2017
LEI Nº 16.199, de 29/12/2016
Consolidado por Órgão e Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	74.693.985,00	108.027.266,00	107.978.588,02	106.268.535,26	99,95	98,37
339008 OUTROS BENEFÍCIOS AS SISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	43.000,00	219.671,11	205.056,39	205.056,39	93,35	93,35
339014 DIÁRIAS - CIVIL	2.100.000,00	2.831.889,88	2.831.813,29	2.767.600,86	100,00	97,73
339015 DIÁRIAS - MILITAR	42.000,00	49.608,00	49.608,00	49.608,00	100,00	100,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	786.519,37	786.519,37	295.782,82	100,00	37,61
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	208.652,40	208.652,40	208.652,40	100,00	100,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DETERCEIROS - PESSOAFÍSICA	7.980.000,00	7.065.436,06	7.065.436,06	7.065.436,06	100,00	100,00
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.872.313,00	12.492.567,41	12.492.567,41	12.426.801,49	100,00	99,47
339039 OUTROS SERVIÇOS DETERCEIROS - PESSOAJURÍDICA	6.856.024,00	11.727.364,26	11.695.310,32	10.630.577,32	99,73	90,85
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	32.288.704,00	45.706.377,96	45.706.377,96	45.706.377,96	100,00	100,00
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	2.343,75	2.343,75	2.303,75	100,00	98,29
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,00	3.823.042,16	3.822.042,16	3.821.862,16	99,97	99,97
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.409.944,00	23.113.793,64	23.112.860,91	23.088.476,25	100,00	99,89
Total Geral	74.693.985,00	108.027.266,00	107.978.588,02	106.268.535,26	99,95	98,37

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém ressaltar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 5,32% da Receita Corrente Líquida, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40 e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

101/2000.

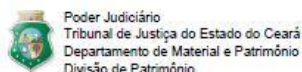
Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas pelo Tribunal de Justiça por meio do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR) e geridas pela Secretaria de Fazenda do Estado.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

RECURSOS PATRIMONIAIS

Tabela 6 - Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará - 2017



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Departamento de Material e Patrimônio
Divisão de Patrimônio

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	16.213.949,55	0,00	1.047.065,94	0,00	0,00	15.166.883,61
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	4.280.381,20	230.800,81	439.595,86	5.000,00	0,00	4.076.586,15
4490520001 8	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
4490520002 3	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.794.064,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.794.064,44
4490520002 7	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	57.694,26	4.890,00	4.890,00	0,00	0,00	57.694,26
4490520003 4	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	7.368,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.368,00
4490520003 6	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	917.887,25	249.644,67	0,00	0,00	0,00	1.167.531,92
4490520003 9	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	2.796,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.796,60
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	4.596.733,54	1.110.320,67	25.448,99	0,00	0,00	5.681.605,22
4490520007	APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO	364.799,00	960,00	33.723,33	0,00	0,00	332.035,67
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	21.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.401,00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728.857,81	0,00	0,00	0,00	0,00	728.857,81
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	120.813,28	3.483,30	0,00	0,00	0,00	124.296,58
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	737.736,20	2.145,00	69.988,85	35,00	0,00	669.927,35
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	149.983,92	6.723,43	3.347,60	0,00	0,00	153.359,75
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	56.991,33	0,00	0,00	0,00	0,00	56.991,33
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VÍDEO E FOTO	910.400,92	532.781,12	5.443,00	0,00	0,00	1.437.739,04
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	39.078.684,92	164.135,54	26.582,94	0,00	0,00	39.216.237,52
4490520028	OBRAS DE ARTE E PEÇAS P/MUSEU	3.659,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659,00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	30.964.849,64	3.842.560,25	1.108.768,11	0,00	0,00	33.698.641,78
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	386.372,97	0,00	8.738,11	0,00	0,00	377.634,86
	Total:	101.396.284,83	6.148.444,79	2.773.592,73	5.035,00	0,00	104.776.171,89

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

INFRAESTRUTURA

Quadro 3 - Relação de imóveis do Poder Judiciário do Estado do Ceará

	COMARCAS	TIPO	NOME DO IMÓVEL	ENDEREÇO
1	ABAIARA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ DE BORBA MARANHÃO	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	FÓRUM DRA. FRANCISCA ODALEIA CARNEIRO FONTENELE	RUA CHICO VIEIRA , S/N
3	ACARAÚ	FÓRUM	FÓRUM MONSENHOR SABINO LIMA FEIJÃO	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
4		PRÉDIO	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEITA
5		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
6	ACOIPIARA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR FRANCISCO UCHOA DE ALBUQUERQUE	RUA CÍCERO MANDU, S/N
7		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
8		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
9	AIUABA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
10		CASA	ANTIGO FÓRUM	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
11		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, Nº 06, CENTRO
12	ALCÂNTARA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ GERARDO FROTA PARENTE	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA,	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR CÉSAR CALS	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
15		TERRENO	TERRENO VIZINHO DA CASA DO PROMOTOR	RUA JÃO QUINCÓ, S/N
16		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R.JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
17	AMONTADA	FÓRUM	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310
18		TERRENO	TERRENO	RUA MARIA MELO, S/N
19		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
20	ANTONINA DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM VALDEMAR LINARD DE LIMA	RODOVIA CE 373, S/N
21	APUIARES	FÓRUM	FÓRUM DES. MÁRIO PEIXOTO DE ALENCAR	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
22	AQUIRAZ	FÓRUM	FÓRUM	AVENIDA AUGUSTO SÁ



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

23		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM - JUIZADO ESPECIAL	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
24		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA KANGATI, 10
25		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
26		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GAROUPA
27	ARACATI	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO JESUS COSTA LIMA	TRAVESSA FELISMINO SILVA, 1079
28		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789
29		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO, 1310
30		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO, 1312
31		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1124
32	ARACOIABA	FÓRUM	FÓRUM DES. VICENTE BESSA	AVENIDA TIRADENTES, 1449
33		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
34		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARARENDÁ	FÓRUM	FÓRUM MONSENHOR FRANCISCO SOARES LEITÃO	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
36	ARARIPE	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
37		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
38	ARATUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
39		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JÚLIO PEREIRA, Nº 30, FORQUILHA
40	ARNEIROZ	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO SUENON BASTOS MOTA	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
41	ASSARÉ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR EDMILSON CRUZ	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO
42		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320-A
43		FÓRUM	FÓRUM DA COMARCA DE ASSARÉ	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N
44		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 - CENTRO
45	AURORA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JAIME ALENCAR ARARIPE	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
46		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
47	BAIXIO	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADORA AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

48		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
49	BANABUÍ	FÓRUM	FÓRUM ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
50	BARBALHA	FÓRUM	FÓRUM DR. ROTSENAIDIL DUARTE FERNANDES TÁVORA	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
51		PRÉDIO	PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118-A
52		TERRENO	TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
53		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA ILDUARA, 693
54		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA ILDUARA, 707
55		BARREIRA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUCAS ALVES DE MELO
56	BARRO	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR NORMANDO ALVES FEITOSA	AVENIDA FRANCISCO AUDERLEY CARDOSO, S/N
57		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARROQUINHA	FÓRUM	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
59	BATURITE	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
60		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL CÍVIL E CRIMINAL DESEMBARGADOR JOÃO DE DEUS BRINGEL	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
61		PRÉDIO	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
62		PRÉDIO	ANEXO FÓRUM	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
63		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
64		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
65		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
66	CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)	
67	BEBERIBE	FÓRUM	FÓRUM DES. BOANERGES DE QUEIRÓZ FACÓ	RUA JOAQUIM FACÓ, 244
68		TERRENO	TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
69		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOAQUIM FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
70	BELA CRUZ	FÓRUM	FÓRUM DES. EDIMILSON DA CRUZ NEVES	RUA SANTA CRUZ, S/N
71		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
72		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
73	BOA VIAGEM	FÓRUM	NOVO FÓRUM DE BOA VIAGEM – DES. JULIO	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA,



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

			CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	S/N
74		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
75		TERRENO	TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
76		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. 21 DE NOVEMBRO, 566 – TIBIQUARI
77	BREJO SANTO	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
78		PRÉDIO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DE LICITAÇÃO DE BREJO SANTO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
79		TERRENO	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO IML	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
80		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, S/N
81		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, Nº 303
82	CAMOCIM	FÓRUM	FÓRUM DR. ALCINO AGUIAR ROCHA	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
83		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A – CENTRO
84		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
85	CAMPOS SALES	FÓRUM	FÓRUM DES. PEDRO PINHEIRO DE MELO/ CARTÓRIO ELEITORAL	RUA MANOEL MORAIS, 84
86		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 - CENTRO
87	CANINDÉ	FÓRUM	FÓRUM DR. GERÔNICO BRÍGIDO NETO	RUA GERÔNICO BRÍGIDO, S/N
88		PRÉDIO		RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
89		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. GERÔNICO BRÍGIDO NETO
90		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
91		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
92	CAPISTRANO	FÓRUM	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N
93		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
94		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
95	CARIDADE	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361
96		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R.CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
97	CARIRÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO PASTEUR DOS SANTOS	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

98		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
99	CARIRIAÇU	FÓRUM	FÓRUM DES. VALDETÁRIO PINHEIRO MOTA	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
100		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº - PARAÍSO
101	CARIUS	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS MARTINS	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
102		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº - CENTRO
103	CARNAUBAL	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA	RUA JOSÉ BARROSO, 143
104		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
105	CASCAVEL	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/N
106		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
107		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
108	CATARINA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ARI CISNE	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
109		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
110	CATUNDA	FÓRUM	FÓRUM SENADOR JOAQUIM CATUNDA	RUA ANTÔNIO TIMBÓ, S/N
111	CAUCAIA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM OLÍMPIO DA SILVEIRA CARVALHO	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251
112		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
113		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO, 517 – CENTRO
114		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
115		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
116		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N
117		PRÉDIO	PRÉDIO	RUA JOACI SAMPAIO PONTES, 2091
118	CEDRO	FÓRUM	FÓRUM FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
119		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AZARAIS ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
120	CHAVAL	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	RUA MAJOR FIEL, 299
121		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ZEFERINO COSTA S/N.
122		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
123	CHORÓ LIMÃO	FÓRUM	FÓRUM DR. ROBERTO DO QUEIROZ	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

124	CHOROZINHO	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ LINDIVAL DE FREITAS	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
125		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
126	COREAÚ	FÓRUM	FÓRUM DR. ADEMAR MENDES BEZERRA	RODOVIA CE 071
127		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONJUNTO COHAB – S/N,
128		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
129	CRATÉUS	FÓRUM	CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE CRÁTEUS DES. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N
130		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N
131		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
132		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
133		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
134	CRATO	FÓRUM	FÓRUM DES. HERMES PARAHYBA	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
135		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
136		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
137		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
138		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
139		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
140	CROATÁ	FÓRUM	FÓRUM DR. HIPÓLITO MORAES ROCHA	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N
141		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
142	CRUZ	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01
143		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
144	DEP IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	RUA CÂNDIDO BORGES , S/N
145	ERERÊ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR BOANERGES VIANA DO AMARAL	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N
146	EUSEBIO	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
147		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº - TIMBU
148	FARIAS BRITO	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA , 386
149		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
150	FORQUILHA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUÍS MARTINS VIANA	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N, CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

151		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº - CENTRO
152	FORTALEZA	PRÉDIO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
153		FÓRUM	FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220
154		PRÉDIO	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO DESEMBARGADOR HUGO PEREIRA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
155		PRÉDIO	CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
156		PRÉDIO	TRIBUNAL DO POVO – TURMAS RECURSAIS	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1400, ALDEOTA
157		PRÉDIO	CRECHE/ESCOLA	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA
158		PRÉDIO	ESCOLA DA MAGISTRATURA	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA
159		PRÉDIO	5ª VARA DA INFÂNCIA	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114
160		PRÉDIO	DEPÓSITO PÚBLICO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
161		PRÉDIO	VAZIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
162		PRÉDIO	VAZIO	RUA DR. ALMEIDA FILHO, 800, MONTE CASTELO
163		PRÉDIO	JUIZADO DA MULHER	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
164		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 1º UND	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 25 - ANTONIO BEZERRA
165		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 2º UND	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
166		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 3º UND	RUA HERMINA BONAVIDES, S/N, PRAIA DO FUTURO
167		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 4º UND	BARÃO DO RIO BRANCO, 2922
168		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 5º UND	RUA SETECENTOS E VINTE E NOVE, 443, CONJUNTO CEARÁ
169	PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 6º UND	RUA SANTA EFIGÊNIA, 360, MESSEJANA	
170	PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 7º UND	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 3288, MONTESE	
171	PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 10º UND	RUA MÁRIO MAMEDE, 1200, BAIRRO DE FÁTIMA	
172	PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 11º UND	RUA DO LAGO, 636, TANCREDO NEVES	



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

173		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 14º UND	RUA CARLOS CHAGAS, 421, BOM SUCESSO
174		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 15º UND	AVENIDA C, 1301, BARRA DO CEARÁ
175		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 17º UND	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 130, PARANGABA
176		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 18º UND	AVENIDA K, 1330, JOSÉ WALTER
177		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 19º UND	RUA BETEL, 230, SERRINHA
178		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 20º UND	RUA GENERAL BIZERRIL, 722, CENTRO
179	FORTIM	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
180		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
181	FRECHEIRINHA	FÓRUM	FÓRUM JUIZ JOSÉ CAVALCANTE FILHO	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
182		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TENENTE ÂNGELO, S/Nº - CENTRO
183		TERRENO		RUA JOAQUIM PEREIRA, S/N
184	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	FÓRUM DES. ADEMAR DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N
185	GRAÇA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO HELIO PAIVA CASTRO	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
186		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº - CENTRO
187	GRANJA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
188		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
189		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
190	GRANJEIRO	FÓRUM	FÓRUM DR. ANTÔNIO RUBENS SOARES CHAGAS	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
191	GROAIRAS	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA PRINCESA ISABEL , 1520
192		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº - CAP. J. LINHARES
193		PRÉDIO	MEMORIAL PADRE MORORO	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO, S/N
194	GUAIBUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUSA	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
195	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ARI CYSNE	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
196		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

197	GUARAMIRANGA	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO JOSÉ LINHARES	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
198	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDA	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
199		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
200	HORIZONTE	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO IGNÁCIO MOACIR CATUNDA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, S/N
201		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
202		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO.
203	IBARETAMA	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
204	IBIAPINA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ FERREIRA DE ASSIS	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
205		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
206		TERRENO		RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES, S/N
207	IBICUITINGA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
208	ICAPUÍ	FÓRUM	FÓRUM JOSÉ MARIJÉSIO DE ALENCAR BENEVIDES	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
209		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DOS PORFÍRIOS S/N – CENTRO
210	ICÓ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
211		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA B - LOTEAMENTO JOSÉ BARRETO, Nº 1472
212		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 - CENTRO
213	IGUATU	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR BOANERGES DE QUEIROZ FACÓ	RUA JOSÉ AMARO, S/N
214		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JÚLIO CAVALCANTE, S/N – BUGI.
215		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI.
216		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 - CENTRO
218		PRÉDIO	JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR / BANCO DO BRASIL	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N
219	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	FÓRUM / BANCO DO BRASIL S/A	RUA SANTA TERESINHA, 510
220		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
221	IPAPORANGA	FÓRUM	FÓRUM CARLOS FACUNDO	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
222		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

				BOM PRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
223	IPAUMIRIM	FÓRUM	FORUM DR. JADER NOGUEIRA SANTANA	CE 151- KM 21,30, S/N
224		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANA ALEXANDRE, S/N – VILA BANCÁRIA
225	IPU	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO PEREIRA PONTES	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
226		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº - CAIXA D'ÁGUA
227	IPUEIRAS	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
228		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. FREDERICO GUILHERMINO, S/N, FRENTE FICA PARA RUA VICENTE FERREIRA LIMA
229	IRACEMA	FÓRUM	FÓRUM JUIZ CÂNDIDO COUTO	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
230		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
231		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
232		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
233	IRAUÇUBA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR DOLOR BARREIRA	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
234		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
235	ITAIÇABA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA MOURA ROCHA	VILA OLÍMPICA, S/N
236	ITAITINGA	FÓRUM	FÓRUM FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
237		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
238	ITAJAJÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. VIRGÍLIO FIRMEZA	RUA SÃO FRANCISCO, 104
239		TERRENO	FÓRUM EM CONSTRUÇÃO	RODOVIA BR 222- KM 121 LOTE ASA BRANCA
240		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. 2 DE FEVEREIRO, 440 – CENTRO
241		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. TARCÍLIA CARNEIRO SARAIVA, 10 – CENTRO
242	ITAPIPOCA	FÓRUM	FÓRUM JOSÉ AIRTON TEIXEIRA	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
243		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 676-ALTOS
244		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380
245		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

246		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
247		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
248	ITAPIÚNA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOÃO VIANA DE ARAÚJO	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
249		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
250		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM BEZERRA
251	ITAREMA	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AVENIDA RIOS, 440
252		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. RIOS 410 – CENTRO
253	ITATIRA	FÓRUM	FÓRUM DR. CLODOALDO PINTO	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N
254		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
255	JAGUARETAMA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA RIACHO DE SANGUE, 786
256		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
257	JAGUARIBARA	FÓRUM	FÓRUM DRA. EMILIANA DE QUEIROZ TAMIARAÑA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
258	JAGUARIBE	FÓRUM	FÓRUM PROMOTOR ANTÔNIO GARCIA GONDIM	AV. 08 DE NOVEMBRO, 1261, CENTRO
259		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
260	JAGUARUANA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO NOGUEIRA SALES	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
261		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
262	JARDIM	FÓRUM	FÓRUM DR. ELISEU BARROSO	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
263		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANTO ANTONIO, S/N
264	JATI	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
265		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
266		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SABINO PEREIRA, 68
267	JIOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
268	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DES. JUVÊNCIO JOAQUIM DE SANTANA	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
269		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA ERIVANDO DA CRUZ nº 50
270		PRÉDIO	JUIZADO DA MULHER	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
271		TERRENO	TERRENO	PARTE DA QUADRA K
272		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

273		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
274		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
275		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
276		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
277		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 06
278	JUCAS	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
279		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
280	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. STÊNIO LEITE LINHARES	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
281		ANTIGO FÓRUM	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RUA XAVIER ANGELO, 92
282		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA
283		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
284	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DES. ANTÔNIO CARLOS COSTA SILVA	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS 1147
285		PRÉDIO	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
286		PRÉDIO	PROCURADORIA MUNICIPAL/COMUNICAÇÃO E EVENTOS	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187
287		PRÉDIO	INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO- CENTEC	RUA CÔNEGO BESSA, 2381
288		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
289		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO.
290	MADALENA	FÓRUM	FÓRUM DES. FCO. HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
291		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
292	MARACANAÚ	FÓRUM	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	RUA EDSON QUEIROZ
293		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	RUA EDSON QUEIROZ
294		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 - CENTRO
295		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 - CENTRO
296		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 - CENTRO
297	MARANGUAPE	FÓRUM	FÓRUM DR. VALDEMAR DA SILVA PINTO	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA
298		PRÉDIO	ARQUIVO ELEITORAL – TRE	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

299		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
300		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
301	MARCO	FÓRUM	FÓRUM ED MOSENHOR VALDIR LOPES DE CASTRO	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
302		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
303	MARTINOPOLES	FÓRUM	FÓRUM PADRE EMÍLIO SERAFIM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
304	MASSAPÊ	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ CARLOS MAGALHÃES AGUIAR	RUA APRIGIO COELHO
305		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO.
306	MAURITI	FÓRUM	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
307		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
308		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
309	MERUOCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO AROLDO R. ALBUQUERQUE	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
310		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
311	MILAGRES	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
312		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº - CENTRO
313	MILHÃ	FÓRUM	FÓRUM ALFREDO BARREIRA FILHO	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, 235
314	MIRAIMA		FÓRUM DR. FRANCISCO JOSÉ MARTINS CÂMARA	AV. LINDOLFO BRAGA
315	MISSÃO VELHA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ LIMA RIBEIRO	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
316		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
317	MOMBAÇA	FÓRUM	FÓRUM CORONEL JOSÉ ADERALDO DE AQUINO	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
318		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASIMIRO FIUZA BENEVIDES, Nº 17
319	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR JOSÉ HELDER MESQUITA	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
320		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CORONEL EPIFANIO, Nº 02
321		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº NO CENTRO
322	MORADA NOVA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR AGENOR STURDART GURGEL	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

323		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
324		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
325	MORAÚJO	FÓRUM	FÓRUM BYRON DE FIGUEREDO FROTA	RODOVIA CE-071
326	MORRINHOS	FÓRUM	FÓRUM DES AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
327		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
328	MUCAMBO	FÓRUM	FÓRUM DES. JÚLIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA VICENTE GOMES, S/N
329		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VICENTE GOMES, S/Nº - CENTRO
330	MULUNGU	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
331		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº - CENTRO
332	NOVA JAGUARIBARA	PRÉDIO	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
333	NOVA OLINDA	FÓRUM	FÓRUM DES. LEÔNIDAS FERREIRA DE SOUSA	AVENIDA ALVINA ALVES, 18
334	NOVA RUSSAS	FÓRUM	FÓRUM ESCRIVÃO ANTÔNIO BEZERRA DO VALE	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
335		TERRENO	TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
336		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA LEONARDO ARAÚJO, 176
337		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
338	NOVO ORIENTE	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ BARRETO DE CARVALHO	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
339		PRÉDIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (ANTIGO FÓRUM)	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO , 53
340		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA COELHO DA SILVA, S/Nº,
341		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
342		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
343	OCARA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO HÉLIO DE PAIVA CASTRO	CEL JOÃO FELIPE
344	ORÓS	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO VICENTE LEAL DE ARAÚJO	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES , S/N
345		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. EXPEDITO PAULENO DA SILVA, 09 – CENTRO
346	PACAJUS	FÓRUM	FÓRUM DR. OTÁVIO FACUNDO BEZERRA	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
347		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
348		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
349	PACATUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO CATUNDA	RUA CEL. JOSE LIBANIO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

350		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 - CENTRO
351		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 - CENTRO
352	PACOTI	FÓRUM	FÓRUM GOV. WALDEMAR ALCÂNTARA E SILVA	RUA PADRE QUILIANO, 57
353		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56
354		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO BRANCO, S/N
355	PACUJA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO HAROLDO R. DE ALBUQUERQUE	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N
356	PALHANO	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
357	PALMACIA	FÓRUM	FÓRUM DES. EDGAR CARLOS DE AMORIM	RUA JOSÉ SIMPLICIO, S/N
358		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº - CENTRO
359	PARACURU	FÓRUM	FÓRUM DES FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N
360		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
361	PARAIPABA	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
362		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 - CENTRO
363	PARAMBU	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N
364		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO A. HOLANDA
365	PARAMOTI	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA DE MELO	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
366	PEDRA BRANCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ALMIR DE CARVALHO	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
367		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/
368	PENAFORTE	FÓRUM	FÓRUM DOUTORA FRANCISCA ODALÉA C. FONTENELE	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
369	PENTECOSTE PEREIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. EURICO MONTEIRO	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
370		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
371		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
372		FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR RAIMUNDO NÉLIO DE PAIVA CASTRO	RUA CORONEL PORTO, S/N
373		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

374		TERRENO	TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
375	PINDORETAMA	FÓRUM	FÓRUM PROCURADOR JOSÉ VALE ALBINO	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N
376	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS DEMÓSTENES FERNANDES	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
377	PIRES FERREIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
378	PORANGA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA EPITÁCIO PINHO, S/N
379		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. EPITÁCIO DE PINHO S/N.
380	PORTEIRAS	FÓRUM	FÓRUM ESCRIVÃO JOSÉ PEREIRA DA SILVA SOBRINHO	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
381		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº - CENTRO
382	POTENGI	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ RODRIGUES NETO	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N
383		PRÉDIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
384	POTIRETAMA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOÃO DAMASCENO FONTENELE	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
385	QUITERIANÓPOLES	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
386	QUIXADÁ	FÓRUM	FÓRUM ELISEU BARROS DE SOUSA	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
387		FÓRUM	FÓRUM DES. AVELAR ROCHA	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
388		PRÉDIO	JUSTIÇA FEDERAL	RUA JOSÉ JUCA (2º PAV. DO PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL), S/N
389		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
390		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
391		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
392	QUIXELÓ	FÓRUM	FÓRUM DES. ALBELMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
393		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº - CENTRO
394	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ PIRES DE CARVALHO	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
395		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. GERALDO BIZARRIA, 1003.
396		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423
397		TERRENO		RUA NORTE E SUL, 2
398	QUIXERÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO LUSTOSA CABRAL	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
399		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
400	REDENÇÃO	FÓRUM	FÓRUM VICENTE NOGUEIRA SALES	RUA PADRE BARROS, 264



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

401		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA PADRE BARROS, S/Nº - CENTRO
402	RERIUTABA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
403		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº - BARRO VERMELHO
404	RUSSAS	TERRENO	FÓRUM EM CONSTRUÇÃO	TRAVESSA ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA
405		FÓRUM	FÓRUM JUÍZ MOACIR DE SOUSA ROCHA	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
406		TERRENO	TERRENO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
407		PRÉDIO	JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137
408		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO.
409		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DAS GRAÇAS, Nº 294 – CENTRO,
410	SABOEIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ FREIRE MODESTO FERRAZ	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
411		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
412	SALITRE	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ BEZERRA DE MENEZES	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
413	SANTA QUITÉRIA	TERRENO	FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
414		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL - FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
415		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL - FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 - PRIMAVERA
416	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	FÓRUM DE SANTANA DO ACARAÚ	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
417		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
418	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO CÉSAR ASFOR ROCHA	RUA JOAQUIM TÁVORA, S/N
419		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº - CENTRO
420	SÃO BENEDITO	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO RUBENS BRANDÃO	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
421		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO
422		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
423	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ JUCA FILHO	RUA ADITE MOTA, S/N
424		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

				COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
425		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ OURIVES
426	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	FÓRUM MILTON CHAVES E SILVA	RUA DANIEL RODRIGUES , 547
427	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM	FÓRUM DR. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
428		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
429	SENADOR POMPEU	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
430		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. FCO. LEANDRO, S/N
431		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO,S/N
432	SENADOR SÁ	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	AV. VINTE E TRÊS DE AGOSTO, 32
433	SOBRAL	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ SABOYA DE ALBUQUERQUE	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
434		PRÉDIO	ALBERGUE	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
435		PRÉDIO	DEPÓSITO JUDICIÁRIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330
436		PRÉDIO	ANEXO TRE	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
437		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 01
438		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 02
439		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 03
440		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 04
441		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 05
442		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 06
443	SOLONÓPOLE	FÓRUM	FÓRUM DR. DOLOR UCHÔA BARREIRA	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
444		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA Mª. FRANCELINA PINHEIRO LANDIM Nº 1046
445		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO OZIREZ PINHEIRO
446	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DR. ANTÔNIO GIOVANI DE ALENCAR	RUA MARIA ALARCON, 433
447		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

				DE JUNHO
448	TAMBORIL	FÓRUM	FÓRUM DES. ANGENOR MONTE STUDARTH GURGEL	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
449		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TABELIÁ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
450	TARRAFAS	FÓRUM	FÓRUM ANTÔNIO LEITE TAVARES	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
451	TAUA	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
452		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
453		PRÉDIO	JUSTIÇA FEDERAL	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
454		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DOMINGOS GOMES, 74
455		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DONDON FEITOSA, 639
456		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, Nº 406
457	TEJUÇOUCA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO LEITE ALBUQUERQUE	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
458	TIANGUÁ	FÓRUM	FÓRUM DES. VALTER NOGUEIRA E VASCONCELOS	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
459		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
460		TERRENO	TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
461		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1256 – CENTRO.
462		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
463		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO
464	TRAIRI	FÓRUM	FÓRUM DES. ALBEMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
465		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
466		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
467	TURURU	FÓRUM	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
468	UBAJARA	FÓRUM	FÓRUM DR. MOACIR GOMES SOBREIRA	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
469		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 - CENTRO
470		TERRENO	TERRENO	RUA PROJETADA, S/N
471	UMARI	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

472	UMIRIM	FÓRUM	FÓRUM DES. STÊNIO LEITE LINHARES	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
473		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
474	URUBURETAMA	FÓRUM	FÓRUM VÍRGÍLIO FIRMEZA	RUA MAJOR SALES, 697
475		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
476		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CE-243 - KM 07
477	URUOCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA JOÃO RODRIGUES , 219
478		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
479	VARJOTA	FÓRUM	FÓRUM DR. LÚCIO GONÇALVES BRASIL	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
480	VARZEA ALEGRE	FÓRUM	FÓRUM DR. WILSON DE NORÕES MILFONT	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
481		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE
482		TERRENO	PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
483		TERRENO	TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
484		TERRENO	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
485	VIÇOSA DO CEARA	FÓRUM	FÓRUM DES. AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	PRAÇA DESTINO CARNEIRO PASSOS
486		TERRENO	TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556
487		CASA	MEMORIAL CLÓVIS BEVILÁQUA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
488		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO FELICIANO DE CASTRO, S/Nº - CENTRO

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

QUADRO DE PESSOAL

Tabela 7 - Quadro de Pessoal e Alocação da Força de Trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará - Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas - Atualização: novembro de 2017

ENTRANCIA	GRAU	APOIO	Magistrados	Desembargadores	Efetivos – Comissionados (Oficiais de Justiça)	Efetivos (Oficiais de Justiça)	Comissionados	Efetivos – Comissionados	Efetivos	Estagiários	Externos	Externos – Comissionados	Serventuários	Terceirizados	Total Resultado
ENTRÂNCIA FINAL	1º GRAU	Indireto					9	16	73	5	1	1		200	305
		Judiciário	240		4	57	269	126	664	308	52	5	1	156	1882
		Não Judiciário			1	305	15	29	162	41	12	2		74	641
	2º GRAU	Indireto			3	1	51	76	300	47	7	7		367	859
		Judiciário		43	6		62	62	77	66	2	6		41	365
		Não Judiciário					5	18	159	39	1			54	276
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	1º GRAU	Indireto												1	1
		Judiciário	117			43	113	75	287	54	109	11	1	46	856
		Não Judiciário				103			20	8	4			2	137
ENTRÂNCIA INICIAL	1º GRAU	Judiciário	39			148	54	82	215	29	95	12	3	9	686
		Não Judiciário				23			2						25
Total Resultado			396	43	14	680	578	484	1959	597	283	44	5	950	6033



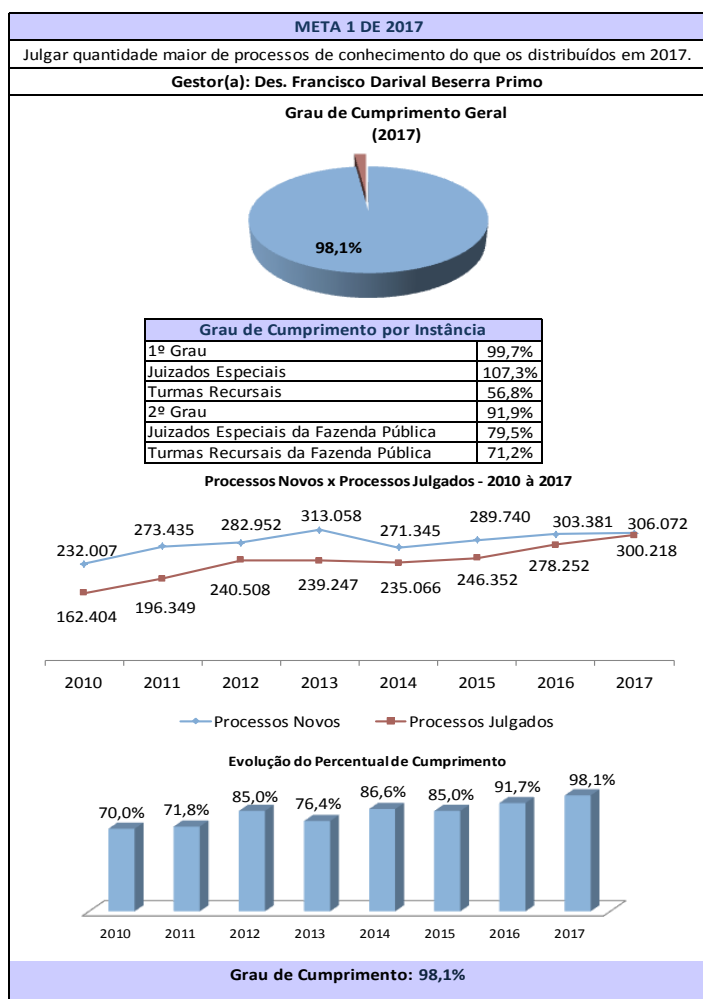
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

1 METAS NACIONAIS 2017

Como resultado geral das ações empreendidas em 2017 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, pontua-se os aumentos durante o ano de 6,90%, 5,39% e 2,44% do acervo de processos enquadrados nas Metas 2, 4 e 6 de 2017, respectivamente. Registra-se também, o julgamento de 300.218 processos da meta 1 de 2017; 57.481 processos da meta 2 de 2017; 594 processos da meta 4 de 2016 e 388 processos da meta 6 de 2017, conforme se observa nas figuras a seguir.

Figura 4 - Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2017 (Resultado Final)

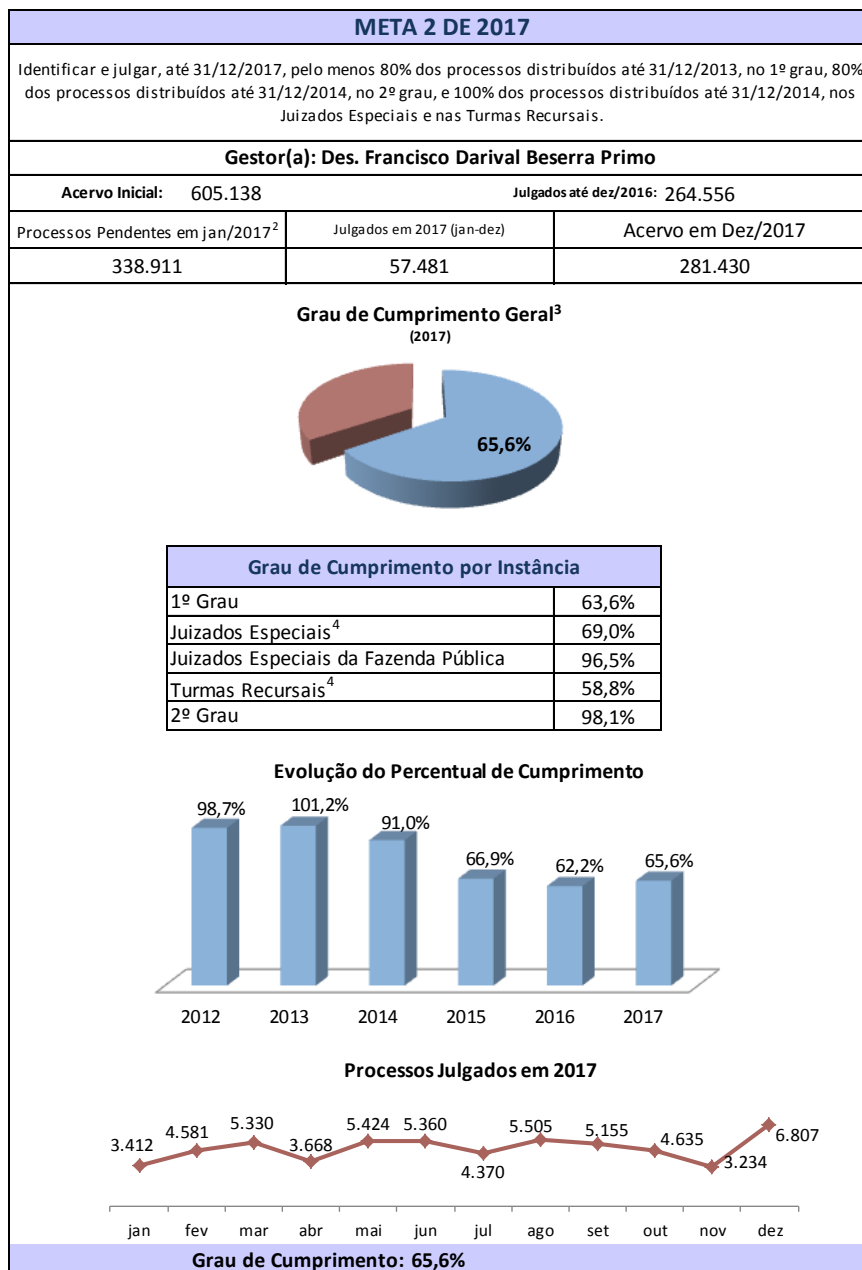


Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)
Atualização: janeiro de 2018 (dados referentes a dezembro de 2017).



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 5 - Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2017 (Resultado Final)



1 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2012 e, no 2º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais, dezembro de 2013.

2 Os Processos Pendentes em 2017 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

3 O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.

4 As informações referentes ao PJ-e para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletada devido à inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

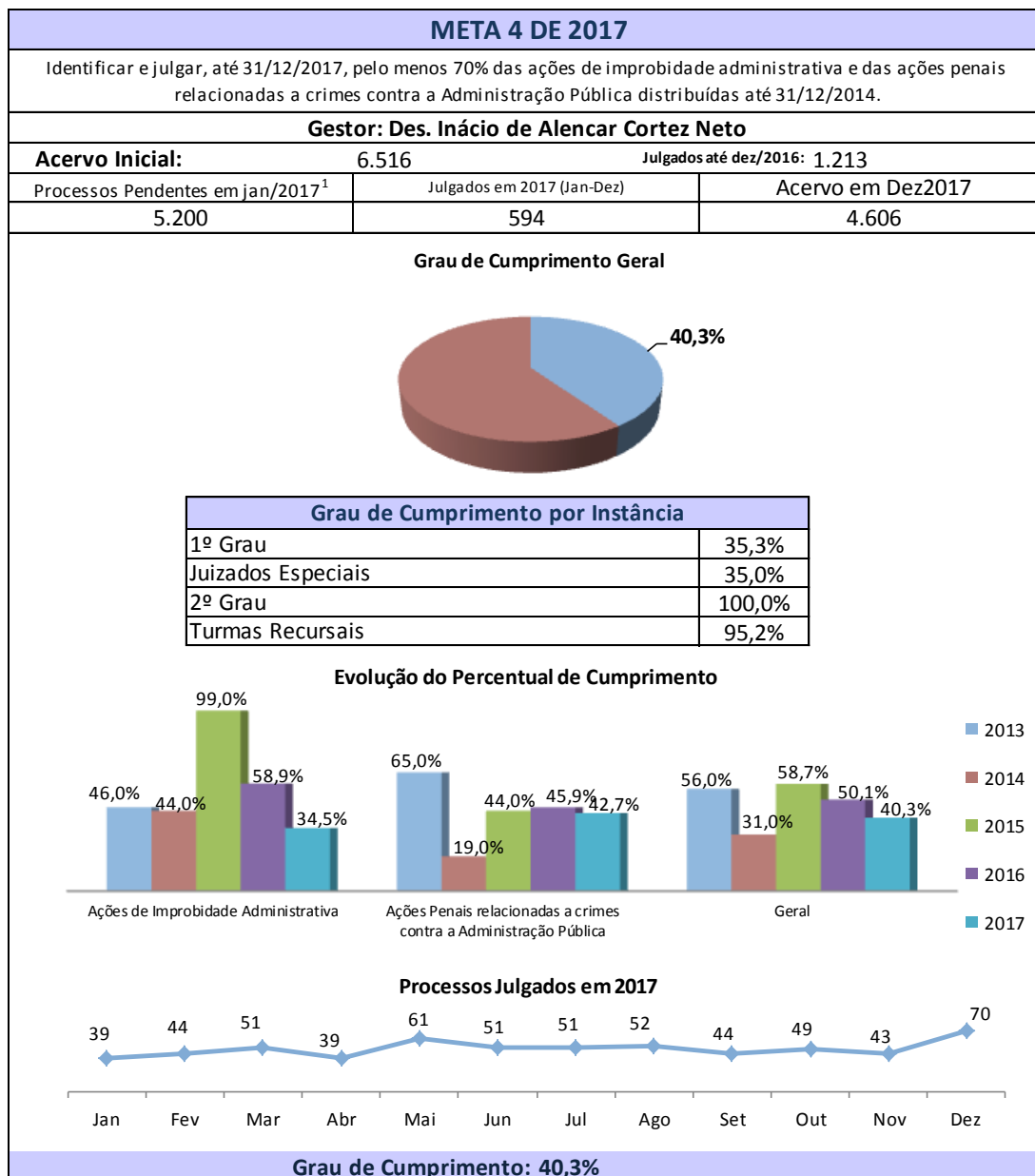
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)

Atualização: janeiro de 2018 (dados referentes a dezembro de 2017).



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 6 - Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2017 (Resultado Final)



1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

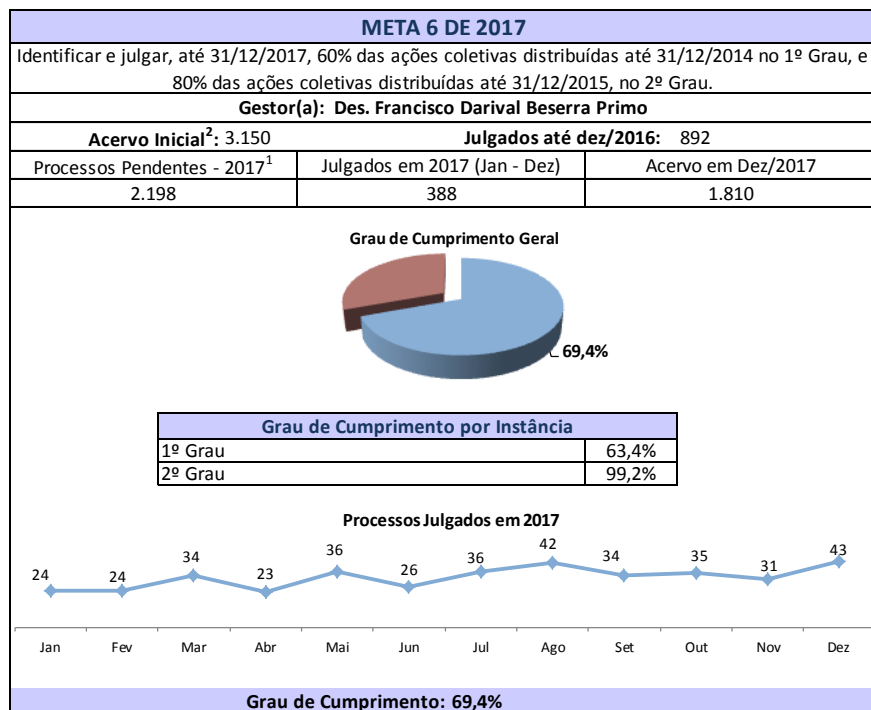
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)

Atualização: janeiro de 2018 (dados referentes a dezembro de 2017).



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 7 - Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2017 (Resultado Final)



1 Os Processos Pendentes em jan/2017 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)

Atualização: janeiro de 2018 (dados referentes a dezembro de 2017).

2 JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 8 - Justiça em Números 2017: Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	9.012
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	20.831
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	18.104
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	48.462
Recursos Internos no 2º Grau	n.d
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	n.d.
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	9.864
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	19.107
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	6.425
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	19.352
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	50.329
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	206.459
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	157.924
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	513.241
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	4.622
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	7.398
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	59.240
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	187.826
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	26.304
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	147.813
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	10.525
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	8.057
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	158.453
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	54.949
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	979
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	5.709
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	14.241
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	23.779
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.070
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	55.592
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	18.513
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	8.942
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	177
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	647
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	1.286
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	3.608
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	14.850
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	3.618
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	768



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.523
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	16.004
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	9.228
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	3.750
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	666
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	3.619
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	13.397
TURMA RECURSAL	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	147
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	13.144
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	265
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	21.554
Recursos Internos nas Turmas Recursais	108
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	161
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	263
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	7.672
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	157
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	8.488
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	21
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	48.582
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	55.666
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	3.960
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	94.978
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	512
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	11
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	1.656
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.681
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	463
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.301
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.076
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.303
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	384
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	1
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	2.108
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	1.948
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	365
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	138
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	5.165
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	1.640
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	5.390
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	1.574

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Tabela 9 - Justiça em Números 2017: Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	
2º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	n.d.
Acórdãos Publicados no 2º Grau	n.d.
1º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	3.292
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	255.966
TURMA RECURSAL	
Recurso interno nas Turmas Recursais	108
JUIZADO ESPECIAL	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	2.547
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	31.455
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	22
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	31.344

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE

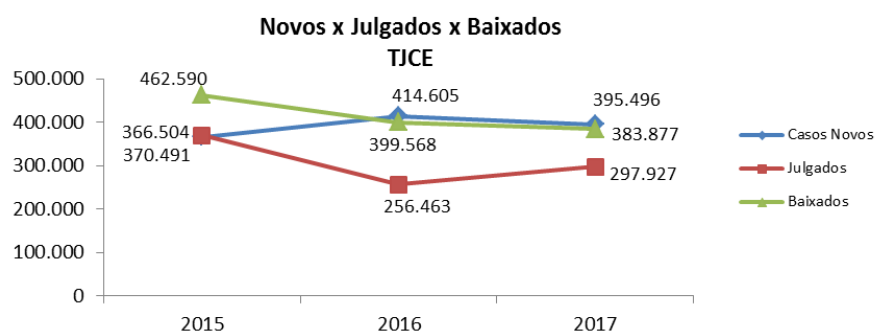
As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2017, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

Figura 8 - Movimentação Processual do TJCE em 2017

	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	66.566	↑ 6,9%	29.843	↓ -14,5%	25.777	↓ -4,3%	28.971	↓ -28,8%	66.566
1º Grau	968.008	↓ -2,9%	296.299	↓ -7,0%	204.777	↑ 18,9%	286.829	↓ -4,5%	968.008
Turmas Recursais	21.819	↑ 12,2%	13.291	↑ 52,6%	8.645	↑ 7,0%	7.935	↑ 5,5%	21.819
Juizados Especiais	109.359	↑ 74,1%	56.063	↑ 7,0%	58.728	↑ 19,3%	60.142	↑ 18,2%	109.359
Total	1.165.752	↑ 2,1%	395.496	↓ -4,6%	297.927	↑ 16,2%	383.877	↓ -3,9%	1.165.752

Fonte: Coordenadoria Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2017 – CNJ)

Figura 9 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2015-2017

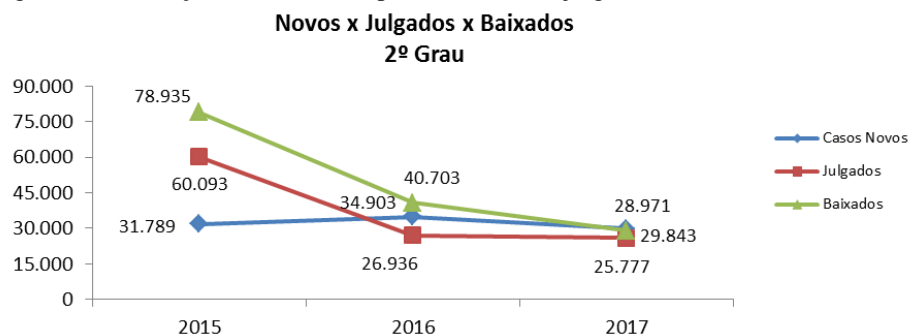


Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE



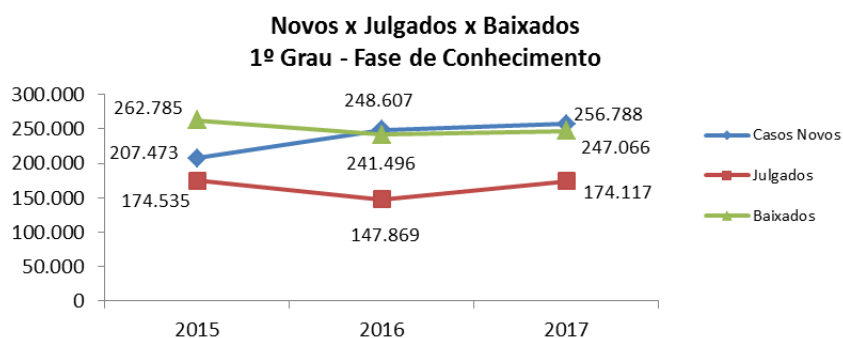
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 10 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2015-2017



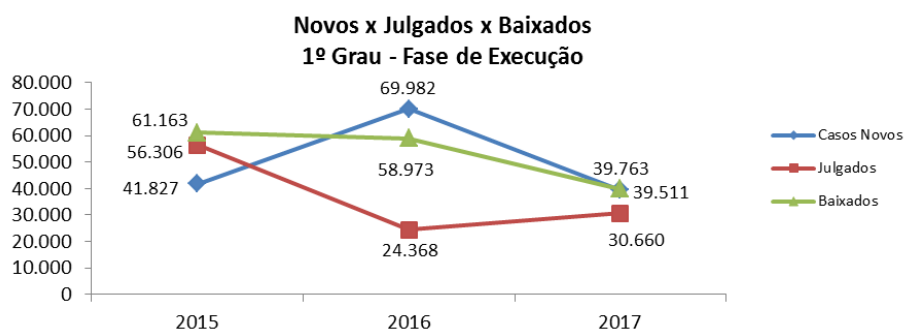
Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Figura 11 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 1º Grau Conhecimento – 2015-2017



Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Figura 12 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 1º Grau Execução – 2015-2017

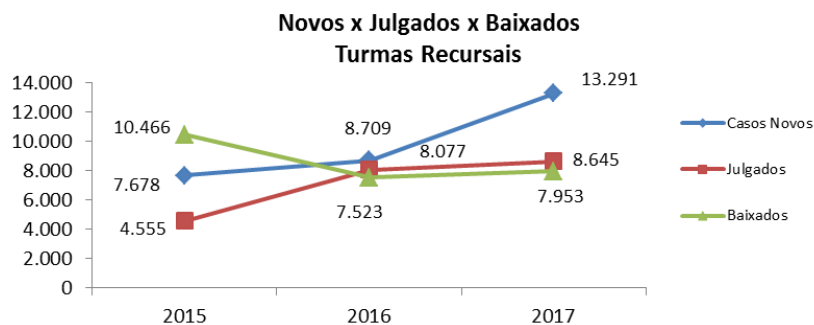


Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE



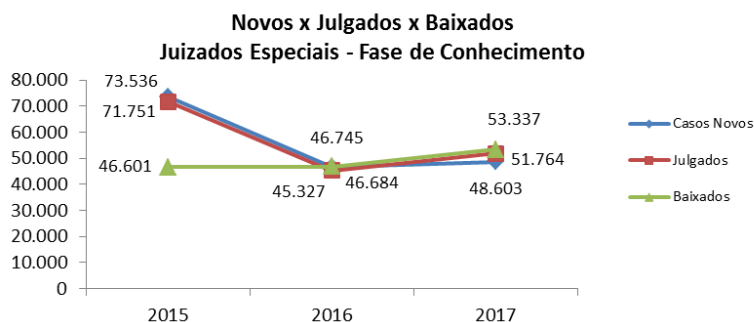
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 13 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - Turmas Recursais – 2015-2017



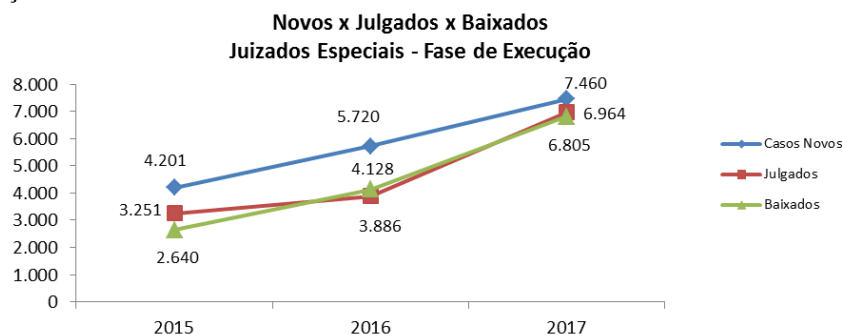
Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Figura 15 - Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - Juizados Especiais Conhecimento – 2015-2017



Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 22 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2015-2017



Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Tabela 10 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2015-2017

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	68.969	62.259	66.566	31.789	34.903	29.843	60.093	26.936	25.777	78.935	40.703	28.971
1º Grau	1.011.992	996.891	968.008	249.300	318.589	296.299	230.841	172.237	204.777	323.948	300.469	286.829
Turmas Recursais	19.602	19.440	21.819	7.678	8.709	13.291	4.555	8.077	8.645	10.466	7.523	7.935
Juizados Especiais	60.376	62.797	109.359	77.737	52.404	56.063	75.002	49.213	58.728	49.241	50.873	60.142

Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 11 - Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2015-2017

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	3.887	2.418	2.230	1.398	626	599
1º Grau	4.416	3.834	3.762	757	496	608
Turmas Recursais	6.080	3.018	3.048	911	897	865
Juizados Especiais	3.050	2.814	4.359	2.083	1.200	1.506
Média Geral	4.296	3.668	3.697	962	596	704

Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 12 - Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2015-2017

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
2º Grau	65	84	83	161	98	80
1º Grau	80	90	102	111	92	107
Turmas Recursais	295	335	391	403	289	233
Juizados Especiais	253	129	183	163	126	198
Média Geral	94	98	110	123	100	113

Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2017, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é,



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado a seguir:

Figura 16 – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2017

	Baixados/CN	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	
					Conhecimento	Execução
2º Grau	97,1%	↓ 19,5%	69,7%	↑ 9,2%	não se aplica	não se aplica
1º Grau	96,8%	↑ 2,5%	77,1%	↑ 0,3%	73,1%	88,2%
Turmas Recursais	59,7%	↓ 26,7%	73,3%	↑ 1,2%	não se aplica	não se aplica
Juizados Especiais	107,3%	↑ 10,2%	64,5%	↑ 9,3%	65,0%	60,5%
TJCE	97,1%	↑ 0,7%	75,2%	↑ 1,1%	71,9%	86,8%

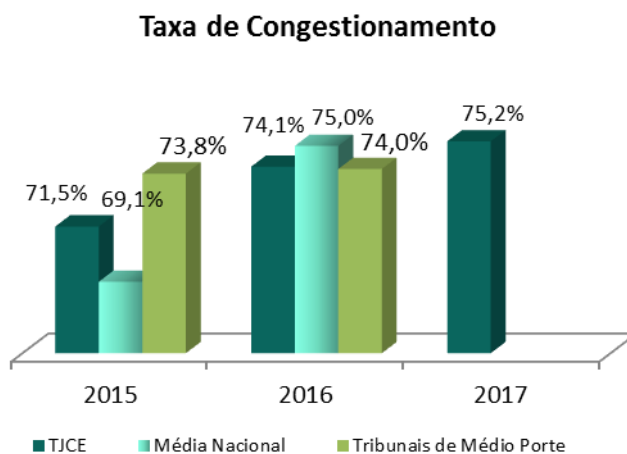
Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 13 - Evolução da Taxa de Congestionamento – 2015-2017

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2015	2016	2017
2º Grau	46,6%	60,5%	69,7%
1º Grau	75,8%	76,8%	77,1%
Turmas Recursais	65,2%	72,1%	73,3%
Juizados Especiais	55,1%	55,2%	64,5%

Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE

Figura 17 - Taxa de Congestionamento – 2015-2017

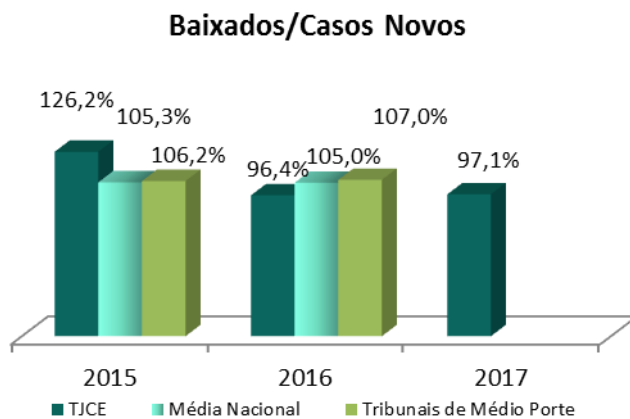


Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

Figura 18 - Baixados/Casos Novos – 2015-2017



Fonte: Coordenadoria de Estatística/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

3 INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2015-2020 conta com 37 indicadores e metas. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento do ano de 2017 de cada um dos indicadores do Plano Estratégico, bem como a evolução e as observações necessárias no final da planilha geral. Logo após, será apresentado a evolução anual de 2017 de acordo com o gestor responsável.

PLANILHA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES - 2017

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	FREQUÊNCIA	BASE	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	META	GESTOR DA META	RESPONSÁVEL PELOS DADOS	EVOLUÇÃO DA META 2017
						2015	2016	2017	2017			
Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça	01	Índice de Eficiência ⁽¹⁾	Elevar para 90% a eficiência do TJCE até 2020	Anual	71,0%	83,4%	68,7%	65,0%	79,0%	Presidência	Seplag	
	02	Índice de cumprimento da estratégia	Cumprir 100% da estratégia até 2020	Mensal	54,4%	-	-	52,7%	60,0%	Seplag	Seplag	
Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	03	Índice de Satisfação do Jurisdicionado ⁽⁴⁾	Aumentar para 70% a satisfação do Jurisdicionado até 2020	Anual	47,5% ^(*)	38,2%	35,5%	0,0%	56,0%	Ouvidoria	Seplag	
	04	Índice de execução do Plano de Acessibilidade	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020	Trimestral	Não disponível	-	-	50,0%	100,0%	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	
	05	Nº de ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão ⁽³⁾⁽⁴⁾	Realizar 29 ações/parcerias até 2020	Mensal	Não disponível	2	6	11	11	Sejud	Sejud	
Intensificar a interlocução com a Sociedade	06	Número de ações para promoção/ampliação dos canais de comunicação com a sociedade	Realizar 11 ações/parcerias até 2020	Mensal	Não disponível	1	3	5	5	Ass. Comunicação	Ass. Comunicação	
	07	Índice de aproximação do judiciário com a sociedade	Alcançar anualmente 100% das metas de ações e de participantes até 2020	Mensal	Não disponível	100,0%	60,4%	56,3%	100,0%	Ouvidoria	Ouvidoria	



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	FREQUÊNCIA	BASE	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	META	GESTOR DA META	RESPONSÁVEL PELOS DADOS	EVOLUÇÃO DA META 2017
						2015	2016	2017	2017			
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	08	Índice de extinção de punibilidade pela prescrição	Reduzir para 5% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020	Mensal	18,5%	19,2%	13,0%	14,1%	11,0%	Corregedoria - Geral da Justiça	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	09	Índice de audiências realizadas	Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020	Mensal	44,7%	64,8%	59,3%	60,0%	54,0%	Corregedoria - Geral da Justiça	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	10	Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	85,7%	83,5%	91,7%	98,1%	100,0%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	11	Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	89,6%	66,9%	62,2%	65,6%	100,0%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	12	Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	Mensal	49,2%	58,7%	50,0%	40,3%	100,0%	Des. Inácio de Alencar Cortez Neto	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	13	Taxa de congestionamento	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020	Mensal	63,8%	71,5%	74,2%	75,5%	54,0%	Des. Francisco Darival Beserra Primo	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	14	Taxa de congestionamento na fase de execução	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020	Mensal	69,6%	82,2%	81,8%	86,8%	63,6%	Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
Otimizar e padronizar processos judiciais administrativos	15	Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única ⁽⁴⁾	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020	Mensal	8,8%	20,8%	20,8%	20,8%	44,1%	Presidência	Presidência	
	16	Índice de modelagem e aprimoramento de processos ^(**)	Metas a definir Cálculo da linha de base em 2017	Mensal	Não disponível	-	-	0,0%	-	Seplag	Seplag	Sem Meta
	17	Índice de casos novos eletrônicos	Obter 100,0% de casos novos eletrônicos até 2020	Mensal	Não disponível	43,5%	73,9%	64,9%	51,0%	Setin	Setin	



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	FREQUÊNCIA	BASE	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	META	GESTOR DA META	RESPONSÁVEL PELOS DADOS	EVOLUÇÃO DA META 2017
						2015	2016	2017	2017			
Aprimorar a Governança Judiciária	18	Índice de governança do Judiciário	Elevar o nível de prática de Governança para 90% até 2020	Anual	Não disponível	80,3%	74,7%	75,6%	75,0%	Seplag	Seplag	
	19	Índice de execução da estratégia	Alcançar anualmente 100,0% das metas até 2020	Mensal	73,4%	-	73,4% (**)	72,5%	100,0%	Seplag	Seplag	
Aprimorar a gestão consensual de conflitos	20	Índice de incremento das audiências de mediação e conciliação nos Cejuscs	Metas a definir Cálculo da linha de base em 2017	Mensal	Não disponível	-	-	7446	-	Nupemec	Nupemec	Sem Meta
	21	Índice de incremento de acordos processuais homologados	Elevar o índice de acordos processuais homologados para 25% até 2020	Mensal	61.084	-	-	62.535	67.192	Nupemec	Secretaria Judiciária, Fórum das Turmas Recursais e Setin	
	22	Índice de incremento de acordos pré-processuais homologados	Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40,0% até 2020	Mensal	2.233	2.233	2.495	2.354	-	Nupemec	Nupemec	Sem Meta
Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	23	Índice de execução do Plano para Aprimoramento da Gestão das Demandas Repetitivas	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	73,5%	100,0%	Vice-Presidência	NUGEP	
Garantir a infraestrutura adequada	24	Índice de avaliações das edificações	Metas a definir	Anual	48,5%	-	-	0,0%	-	Seadi	Seadi	Sem Meta
	25	Índice de execução do Plano de Obras, Reformas e Modernizações (4)	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	1,6%	4,15%	Seadi	Seadi	
	26	Índice de incremento em investimento	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE)	Mensal	R\$ 8.716.361,41	-	-	R\$ 12.579.469,76	R\$ 9.244.551,70	Seplag	Seplag e Sefin	



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	FREQUÊNCIA	BASE	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	META	GESTOR DA META	RESPONSÁVEL PELOS DADOS	EVOLUÇÃO DA META 2017
						2015	2016	2017	2017			
Aprimorar a Gestão de Pessoas	27	Índice de capacitação nas competências profissionais	Elevar o percentual de servidores capacitados nas competências profissionais para 80% até 2020	Mensal	Não disponível	51,6%	63,8%	85,8%	67,0%	SGP	SGP	
	28	Índice de servidores efetivos	Elevar o índice de servidores efetivos para 66% até 2020	Mensal	Não disponível	57,2%	58,6%	82,7%	60,0%	SGP	SGP	
	29	Índice de aprimoramento de magistrados	Alcançar anualmente o percentual de magistrados capacitados de 50% até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	26,2%	50,0%	Esmec	Esmec	
	30	Índice de governança em gestão de pessoas	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 65% até 2020	Anual	Não disponível	54,6%	55,3%	69,0%	57,0%	SGP	SGP	
	31	Percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma	Elevar o percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma para 65% até 2020	Anual	48,9%	Sem Inform	Sem Inform	61,4%	52,0%	SGP	SGP	
	32	Índice de execução do Plano de Gestão de Pessoas (***)	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020	Mensal	Não disponível	-	-	10,0%	100,0%	SGP	SGP	
Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	33	Índice de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020	Anual	50,0%	-	-	58,0%	57,0%	Setin	Setin	
	34	Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020	Mensal	91,4%	-	-	98,9%	100,0%	Setin	Setin	
Garantir a Sustentabilidade financeira	35	Índice de incremento da arrecadação	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE)	Mensal	R\$ 108.027.779,93	-	-	R\$ 135.480.292,88	R\$ 129.952.594,00	Sefin	Sefin	
	36	Índice de receita própria	Aumentar anualmente em 1,0% o índice de receita própria em relação ao percentual realizado no ano interior	Mensal	60,0%	-	-	58,4%	60,6%	Sefin	Sefin	
	37	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020	Mensal	Não disponível	Sem Inform	20,0%	14,0%	100,0%	Nucleo Socioambiental	Seadi, Setin e SGP	



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

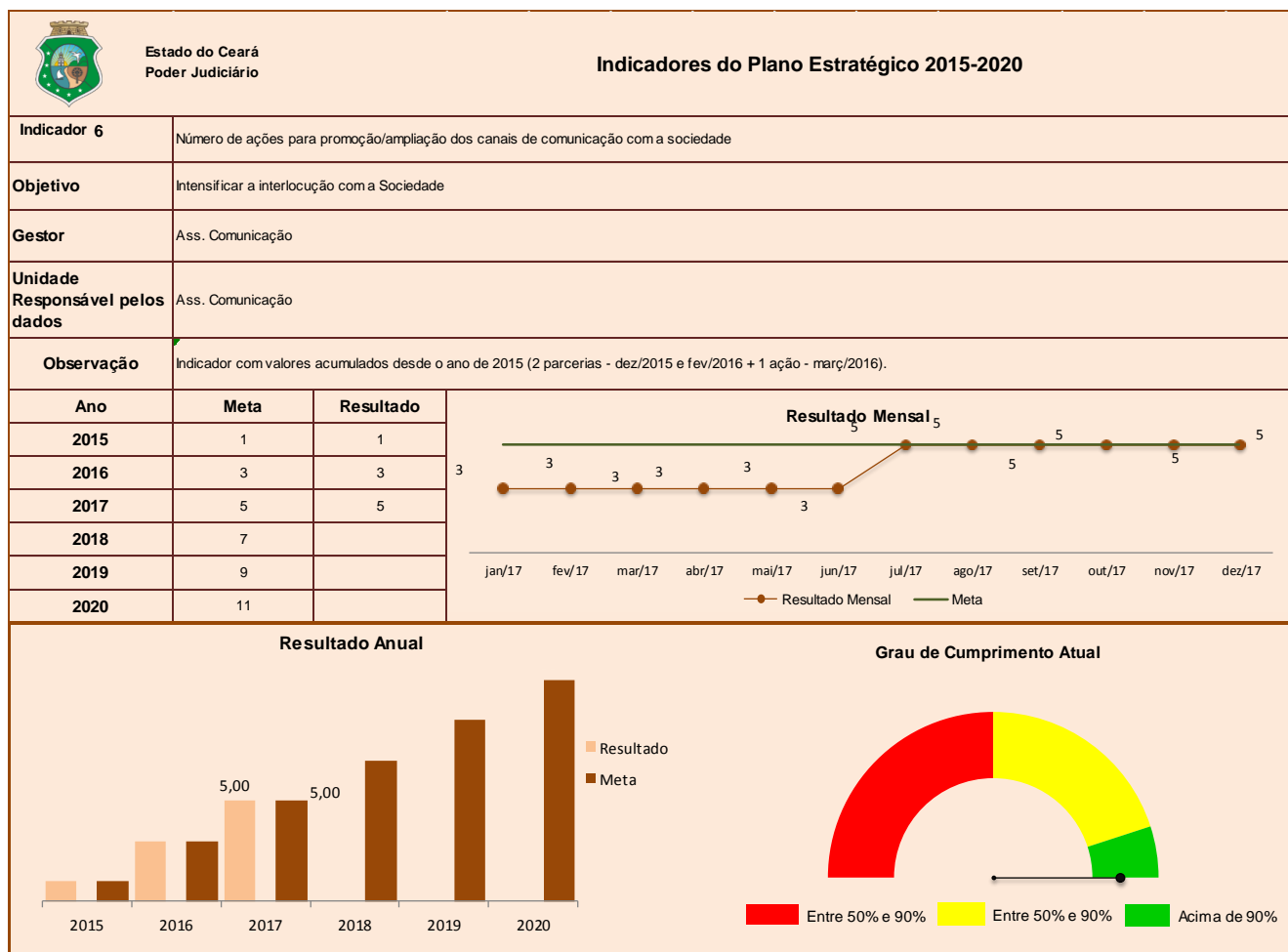
Observações referente aos indicadores acima:

- (*) (Indicador 03) Resultado da Pesquisa de Satisfação dos usuários da Justiça realizada em jan/2017 (referente a 2016).
- (**) (Indicador 19) Valor de 2016 calculado de acordo com as novas regras do indicador (linha de base).
- (***) (Indicador 16) O cálculo da linha de base do indicador 16 será calculado durante o ano de 2017 e as metas serão definidas posteriormente.
- (***) (Indicador 32) O indicador encontra-se em elaboração do Plano Estratégico.
- (1) (Indicador 01) O valor apresentado neste indicador se refere aos dados do ano de 2016, apresentados no Justiça em Números de 2017.
- (3) Indicadores sem dados em agosto/2017: 5.
- (4) Indicadores sem dados de setembro a dezembro/2017: 3, 5, 15 e 25.



Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

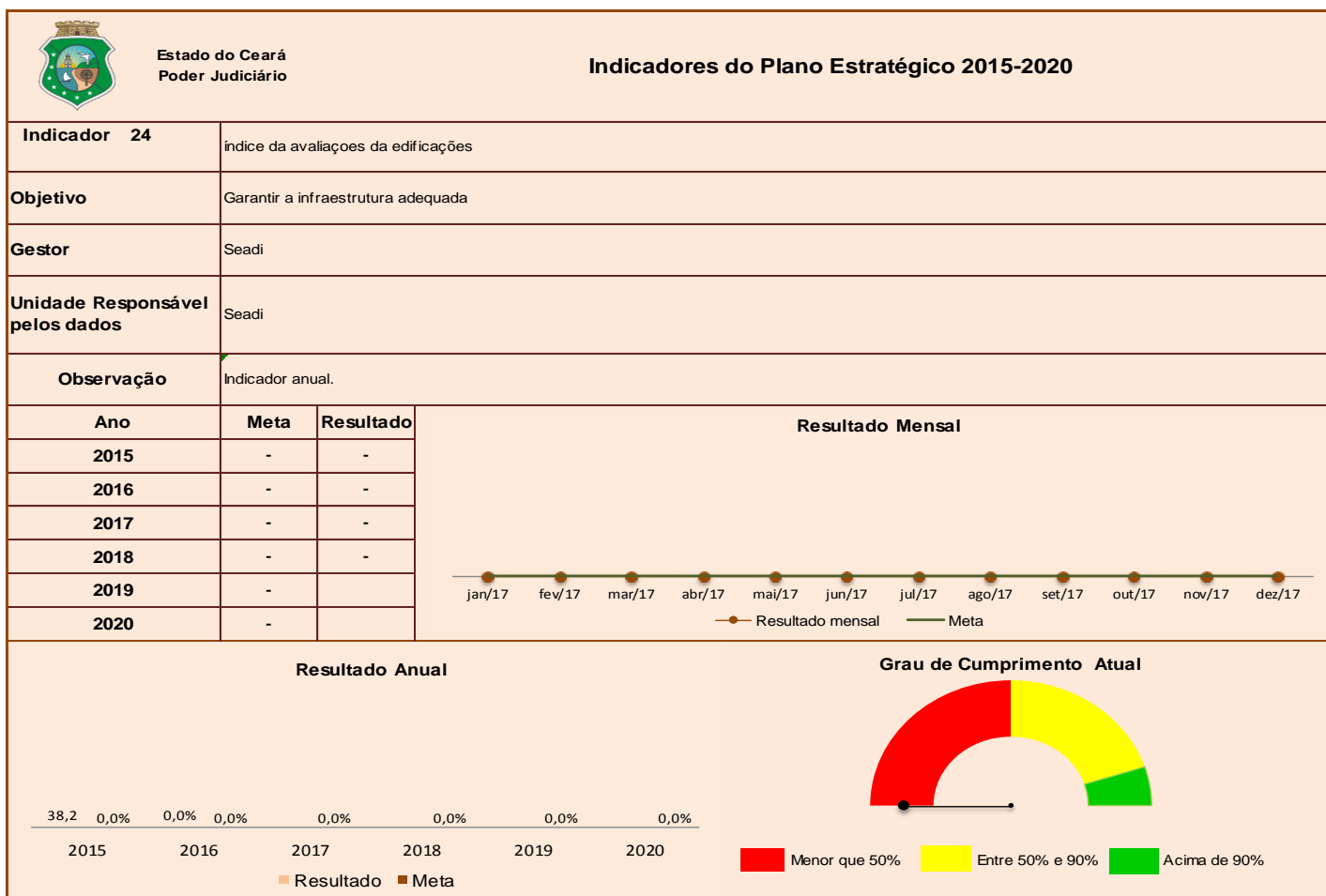
GESTOR: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

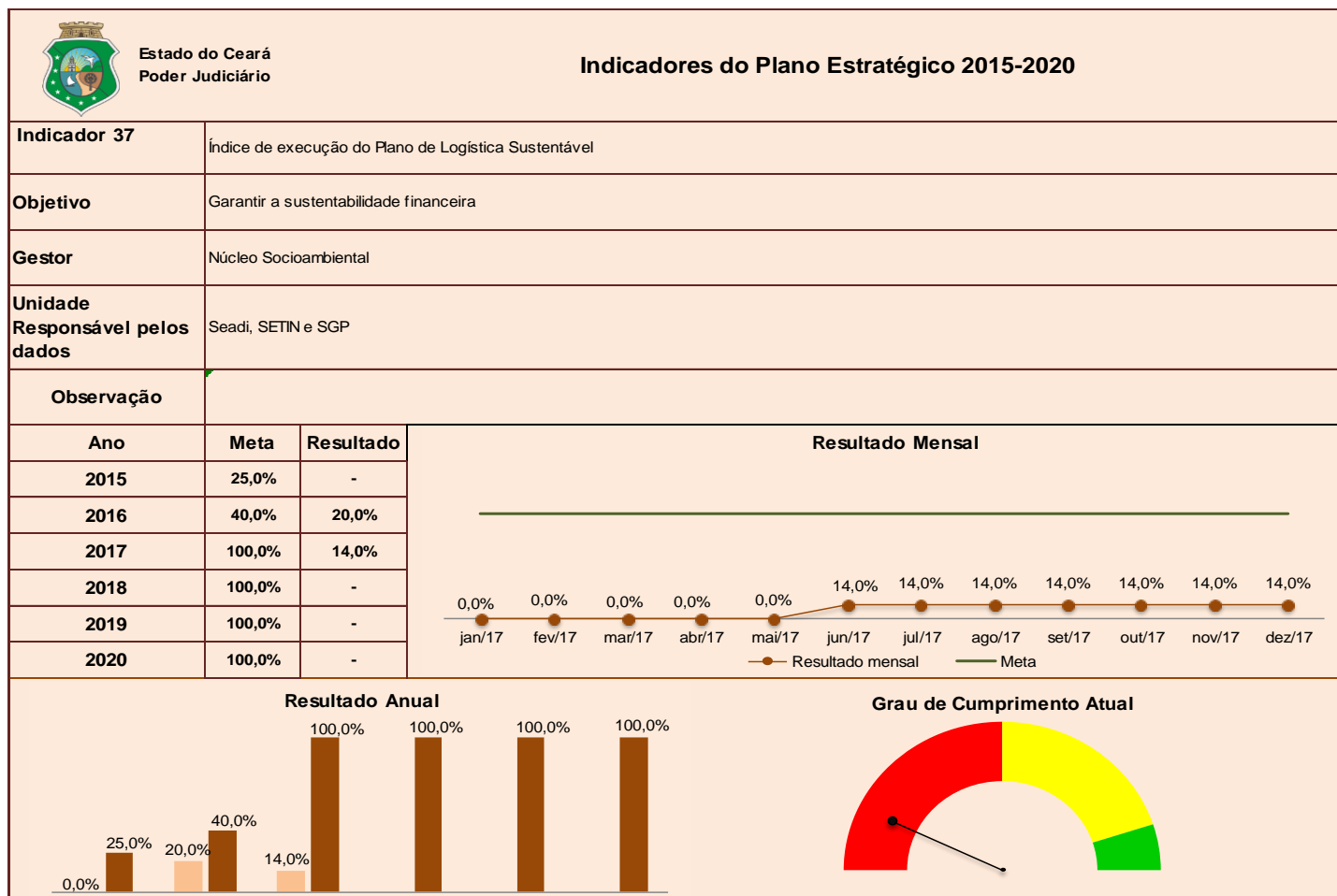
GESTOR: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

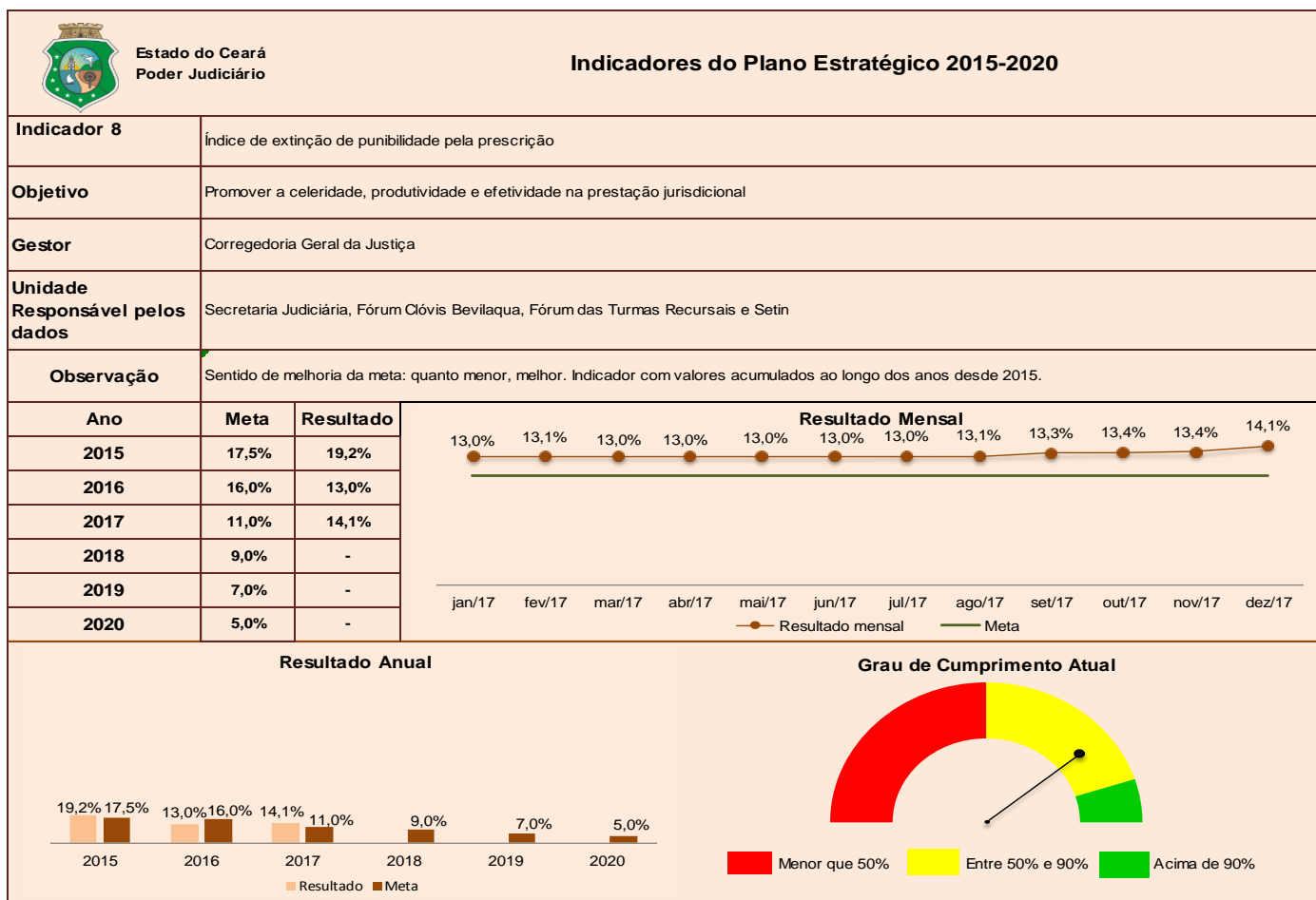
GESTOR: NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL





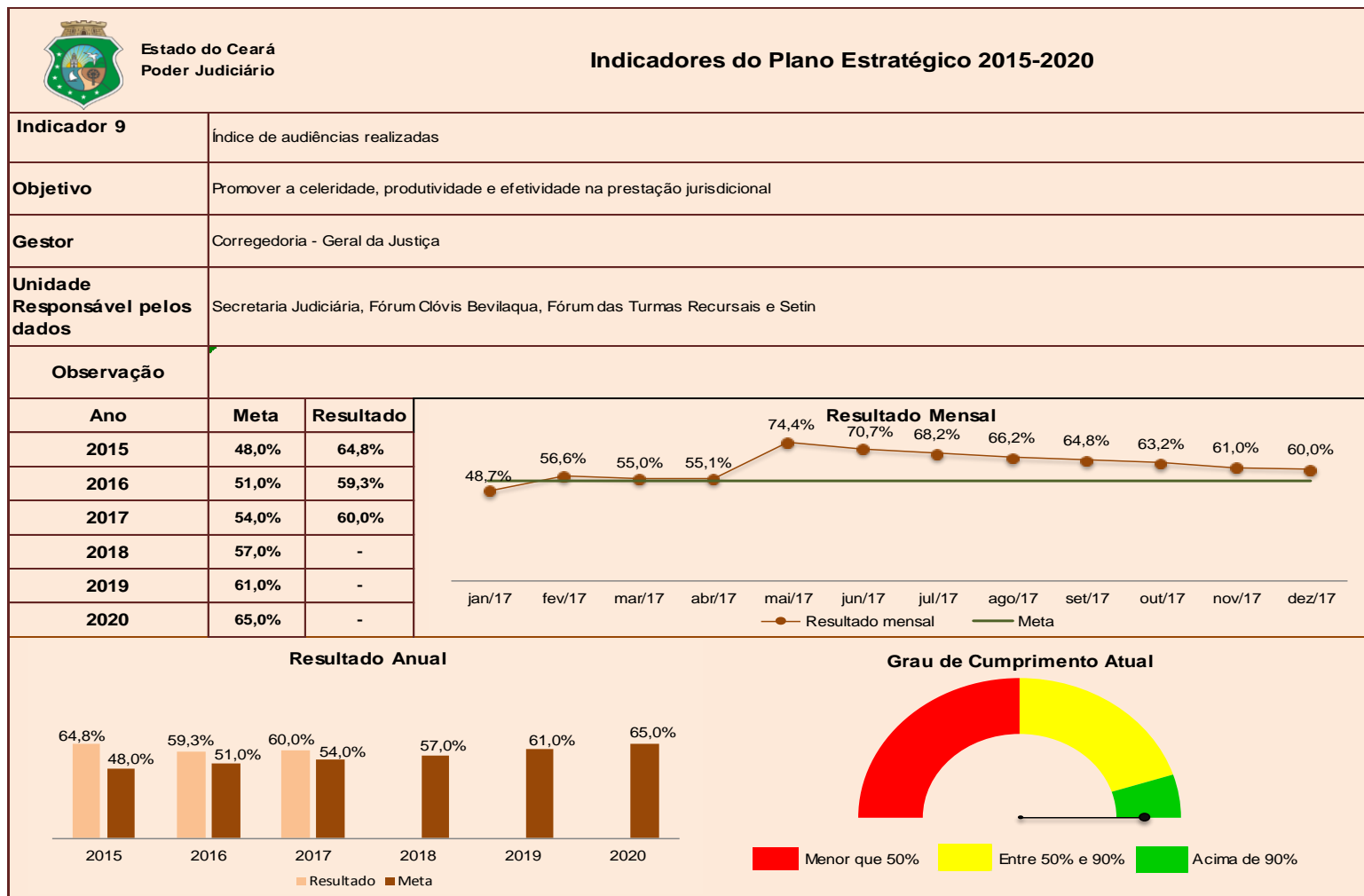
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA





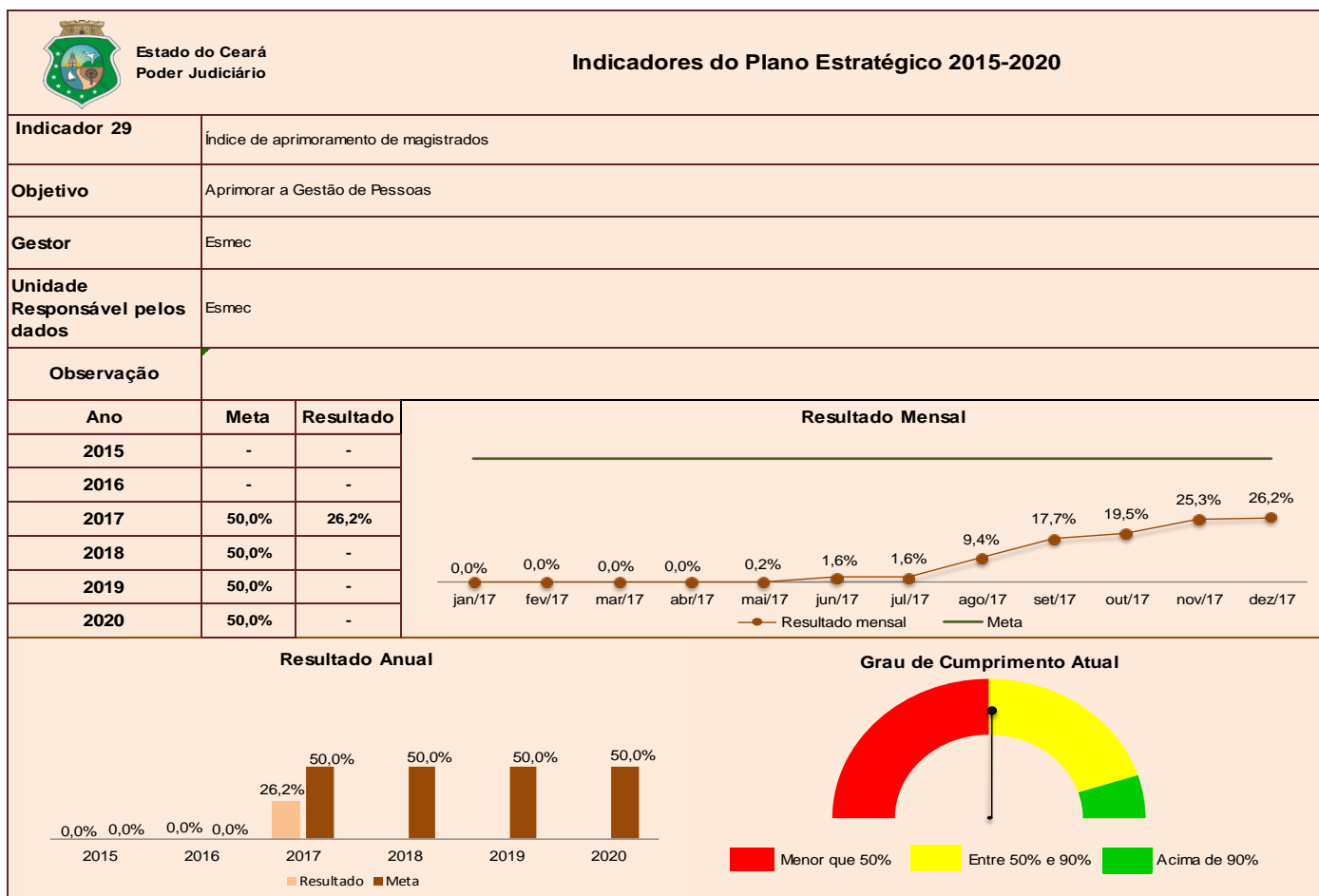
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

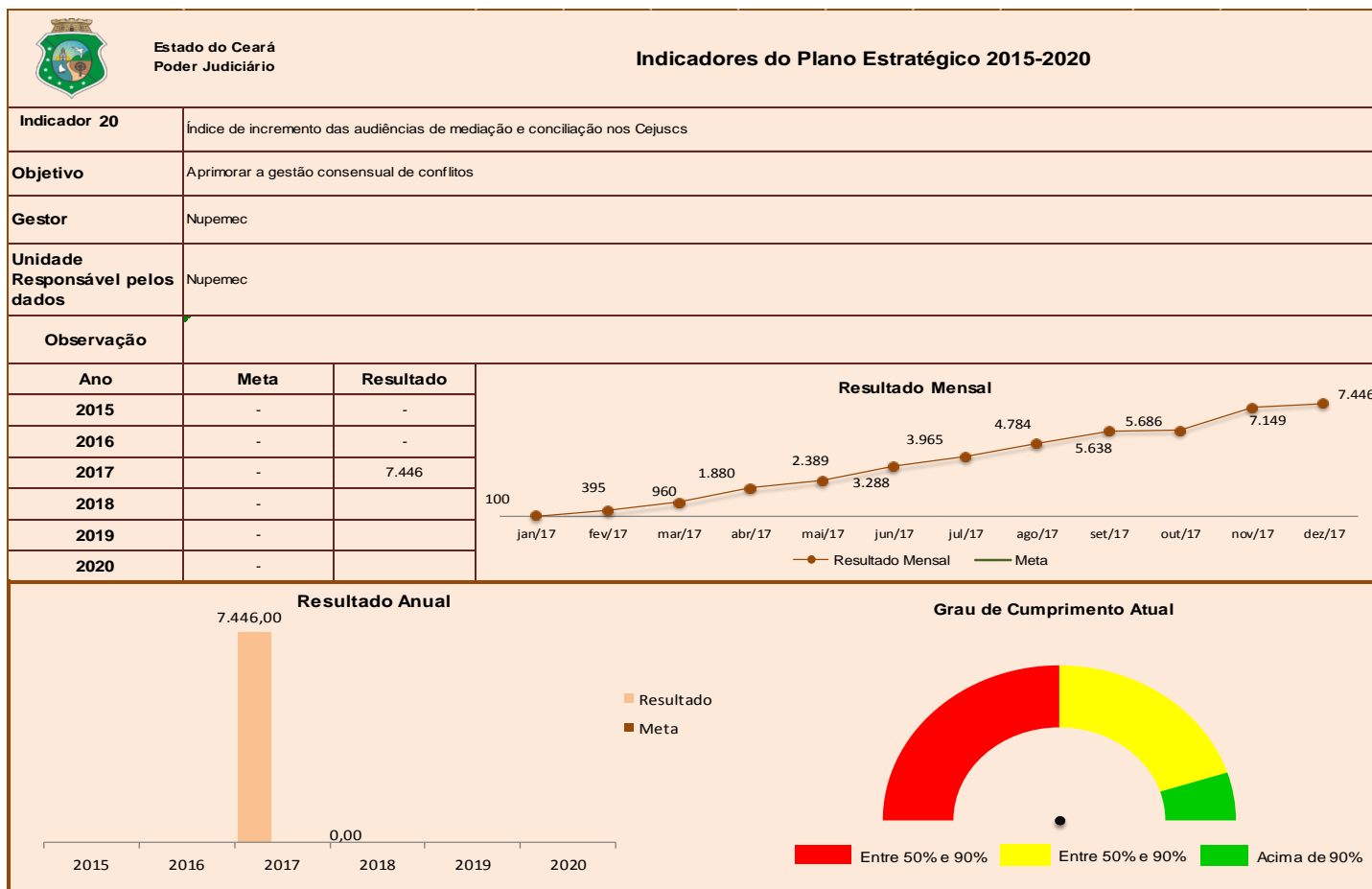
GESTOR: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)





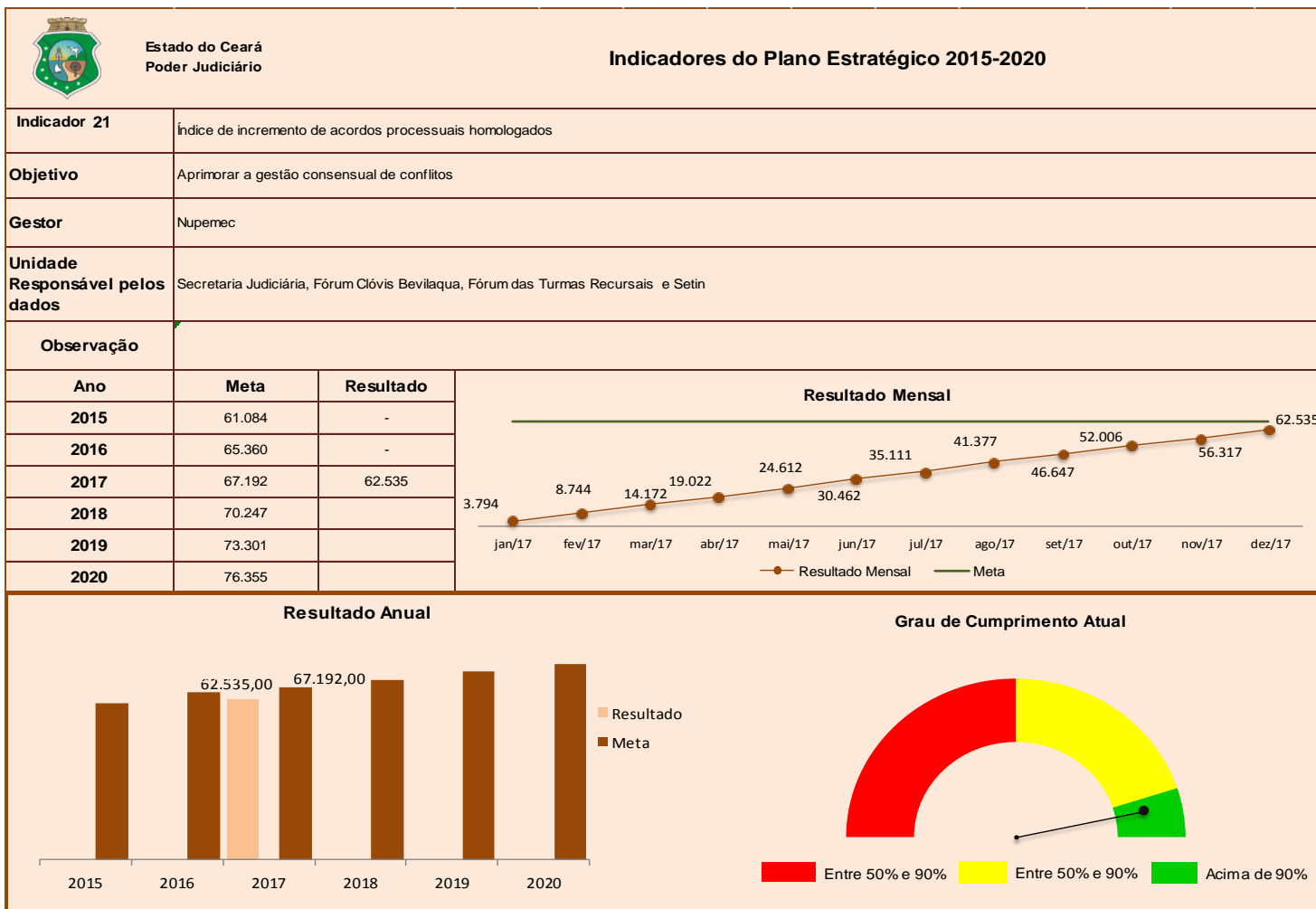
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)



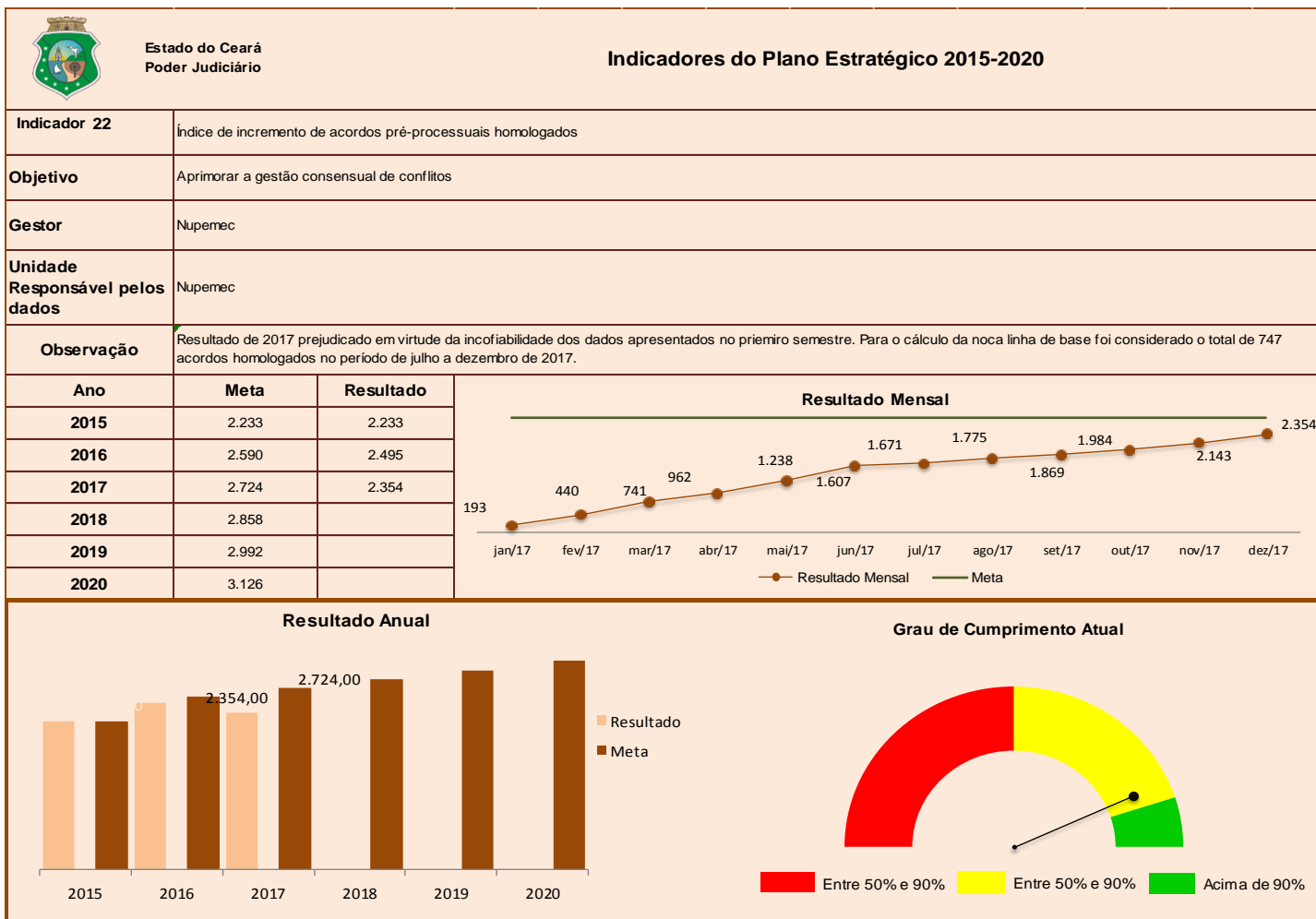


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





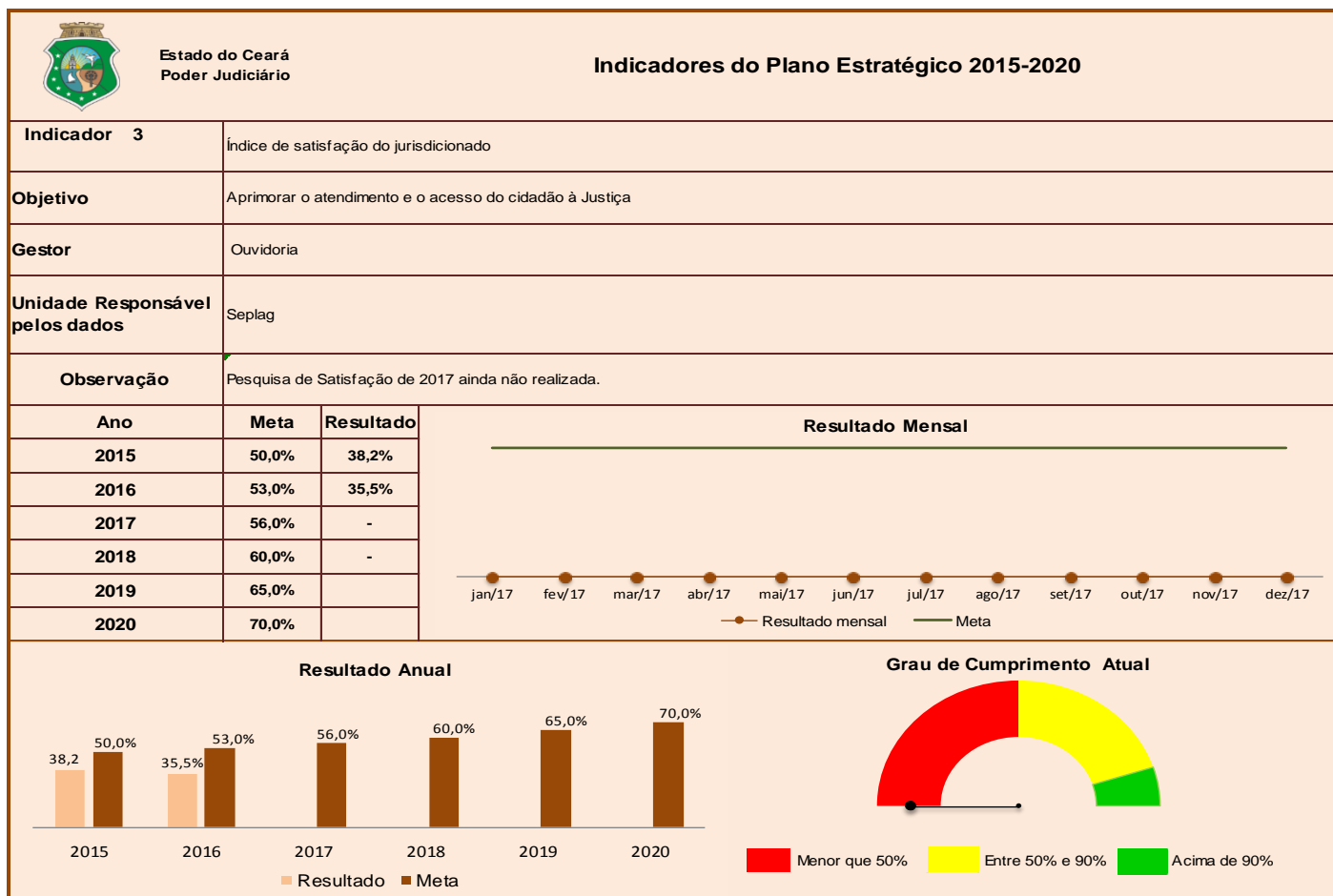
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





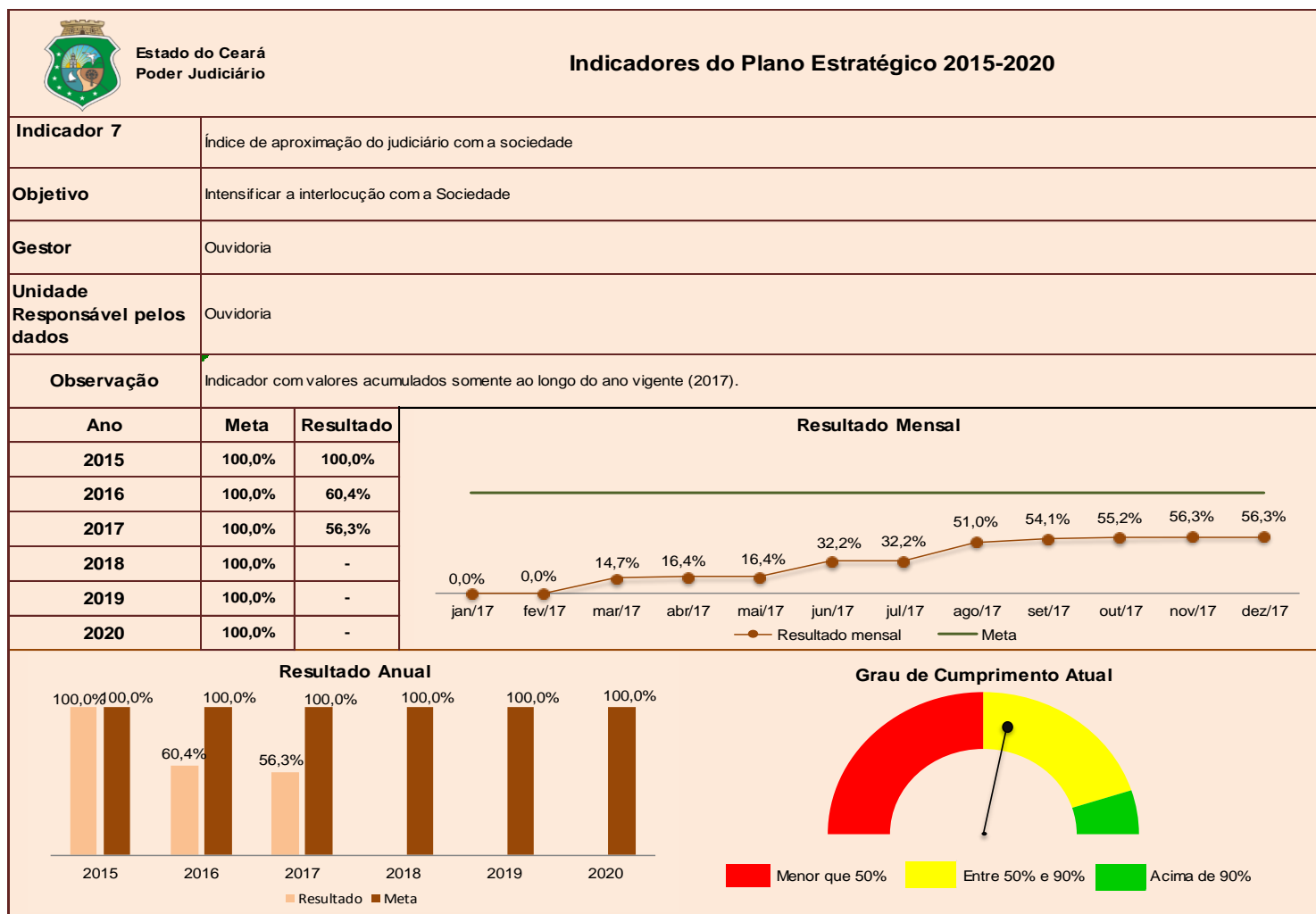
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: OUVIDORIA





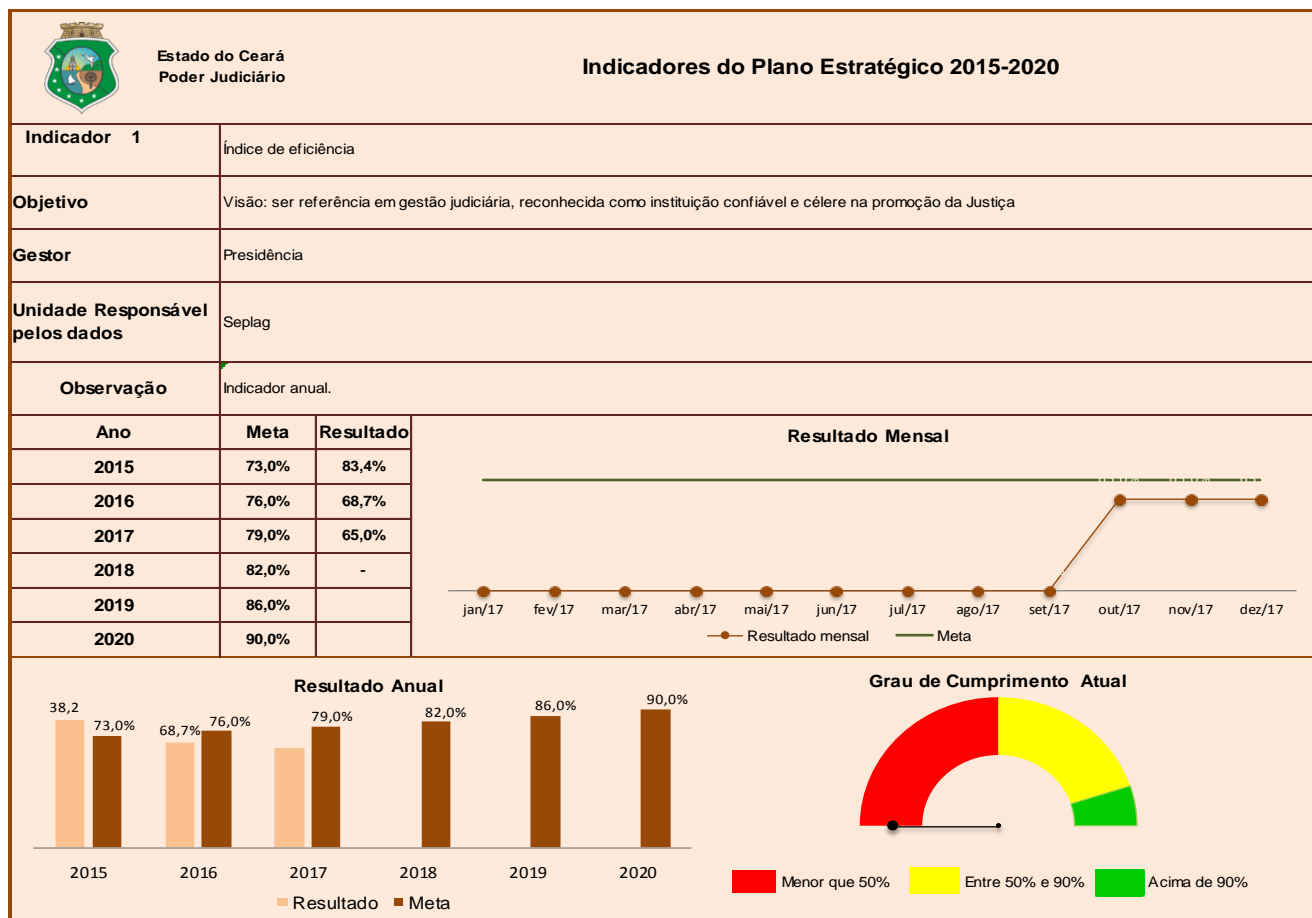
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





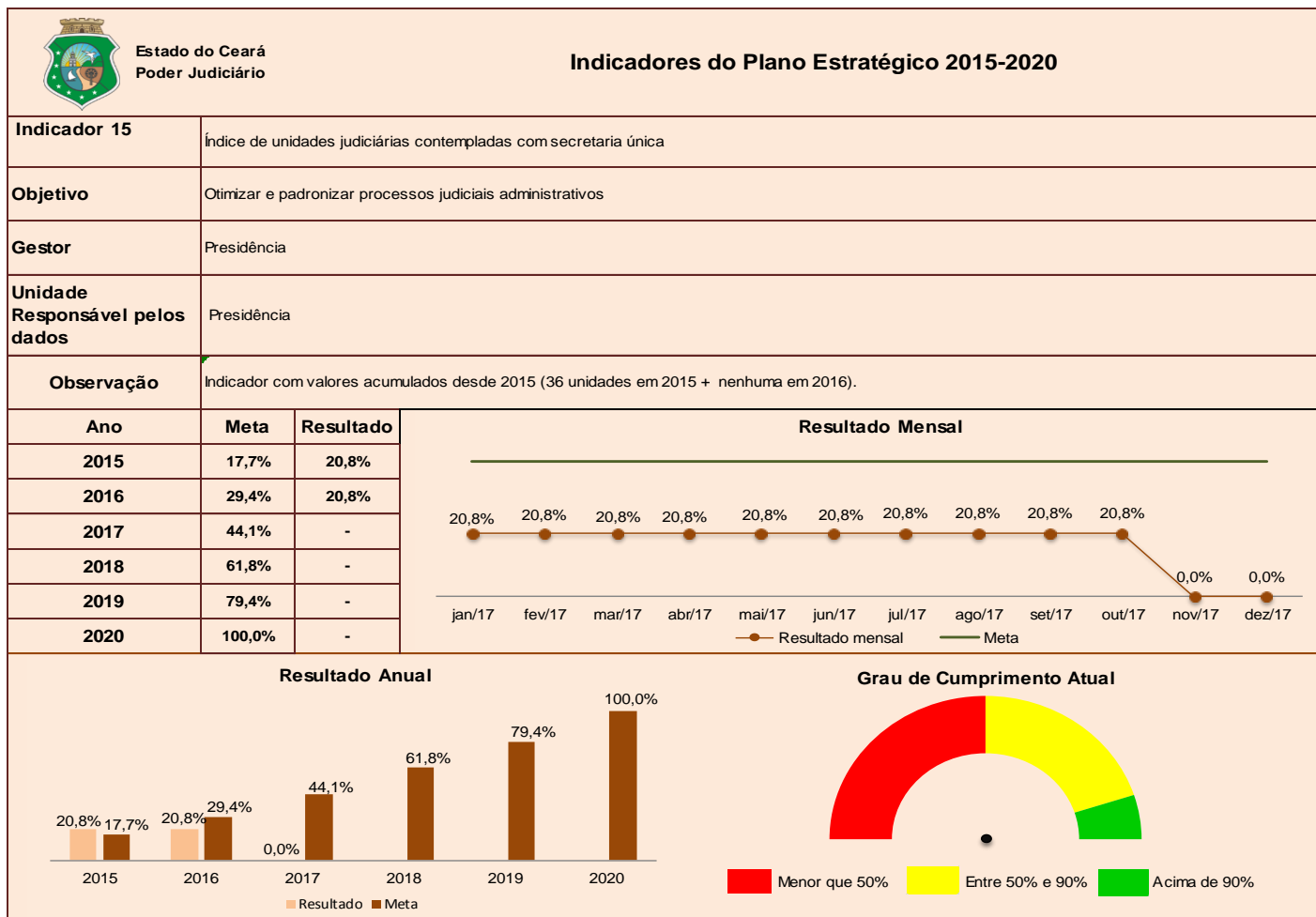
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: PRESIDÊNCIA





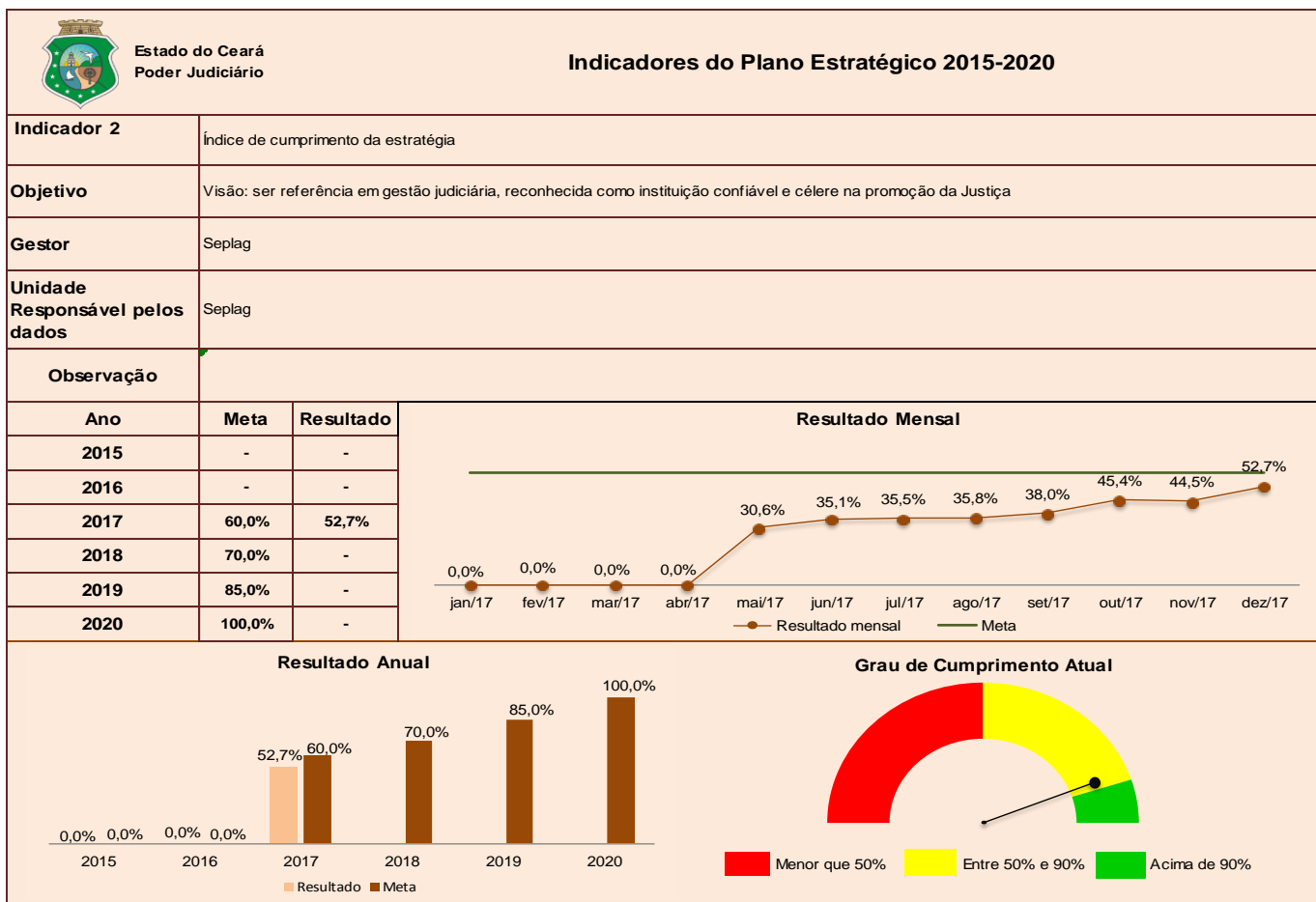
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





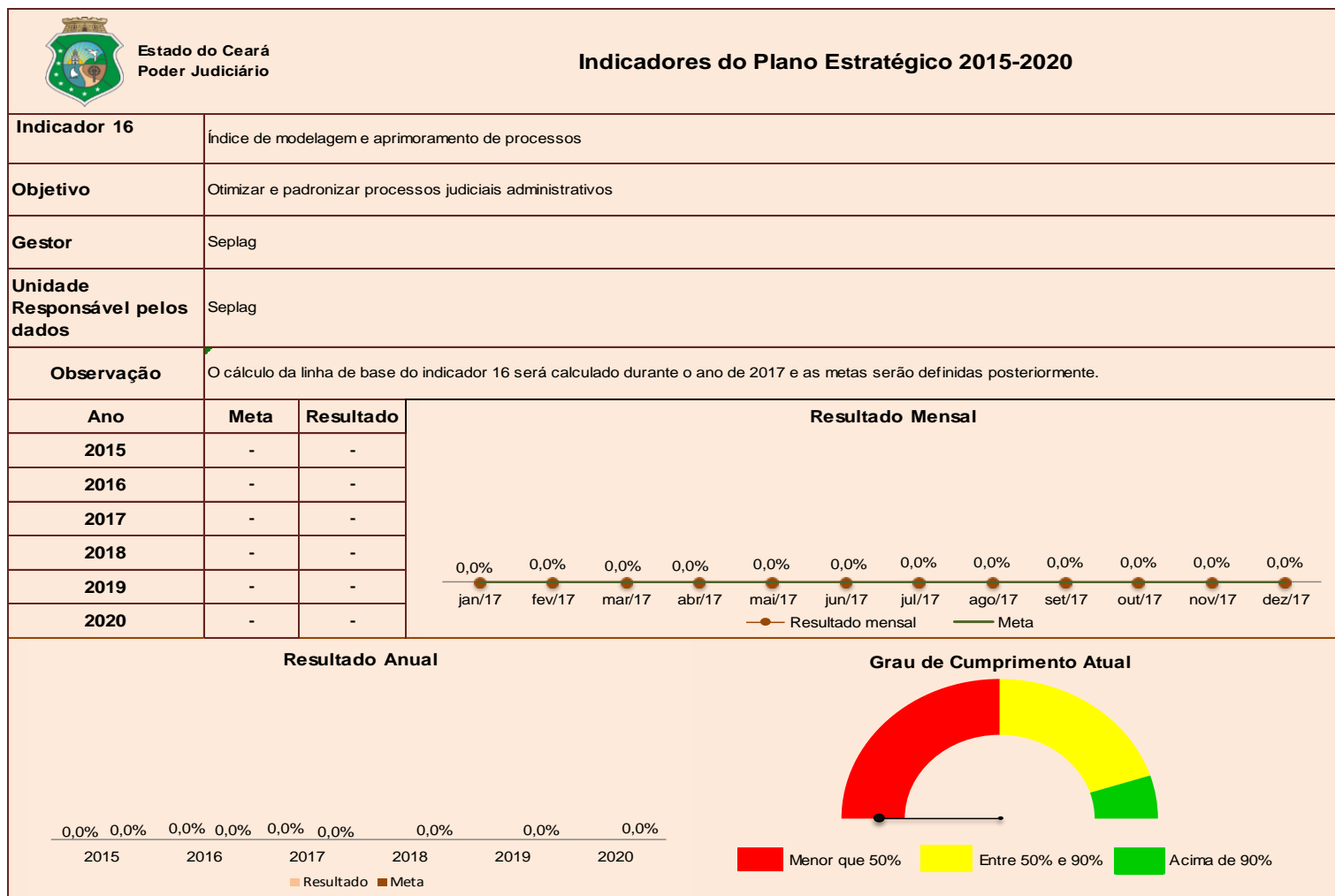
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



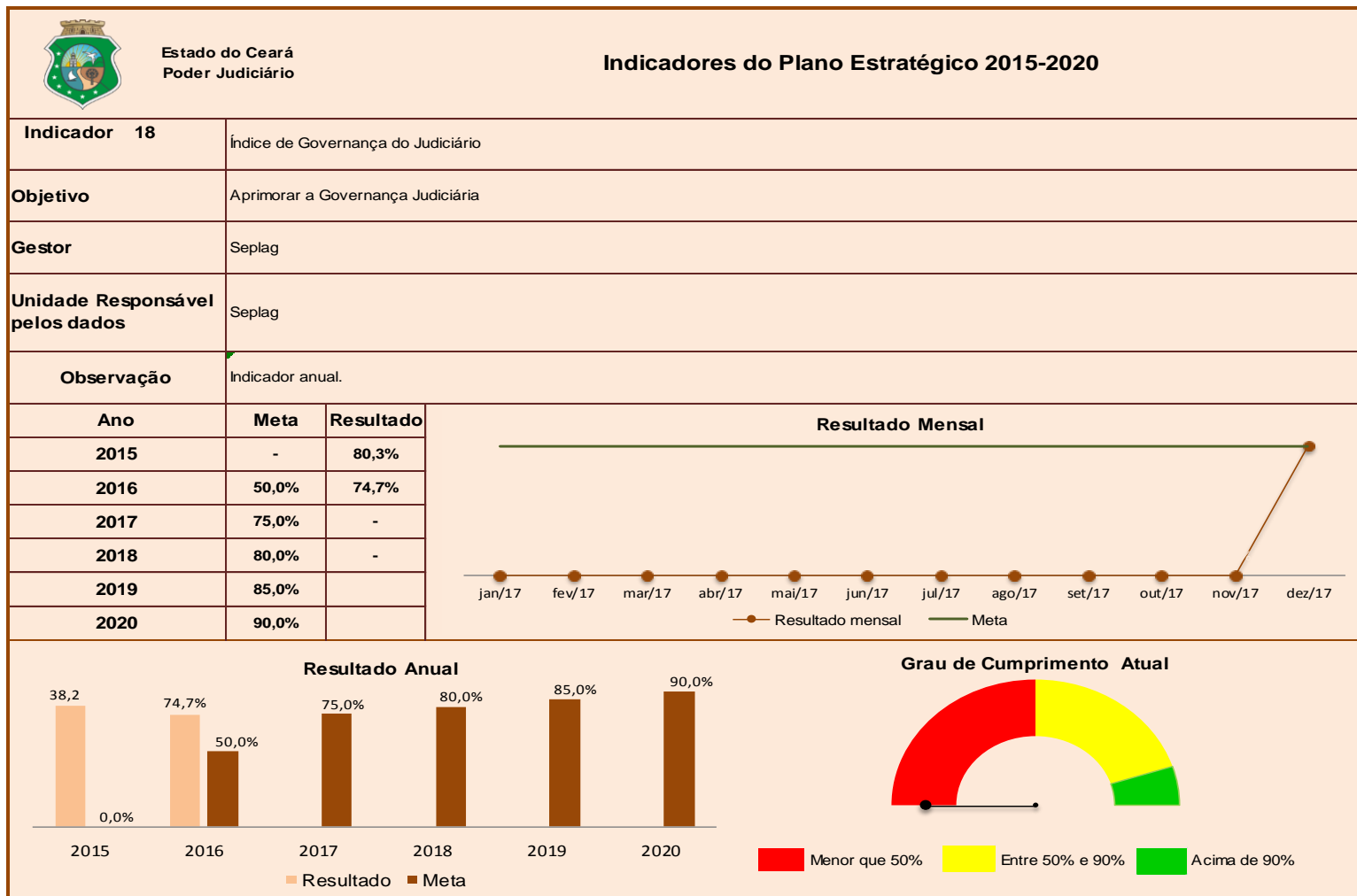


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça



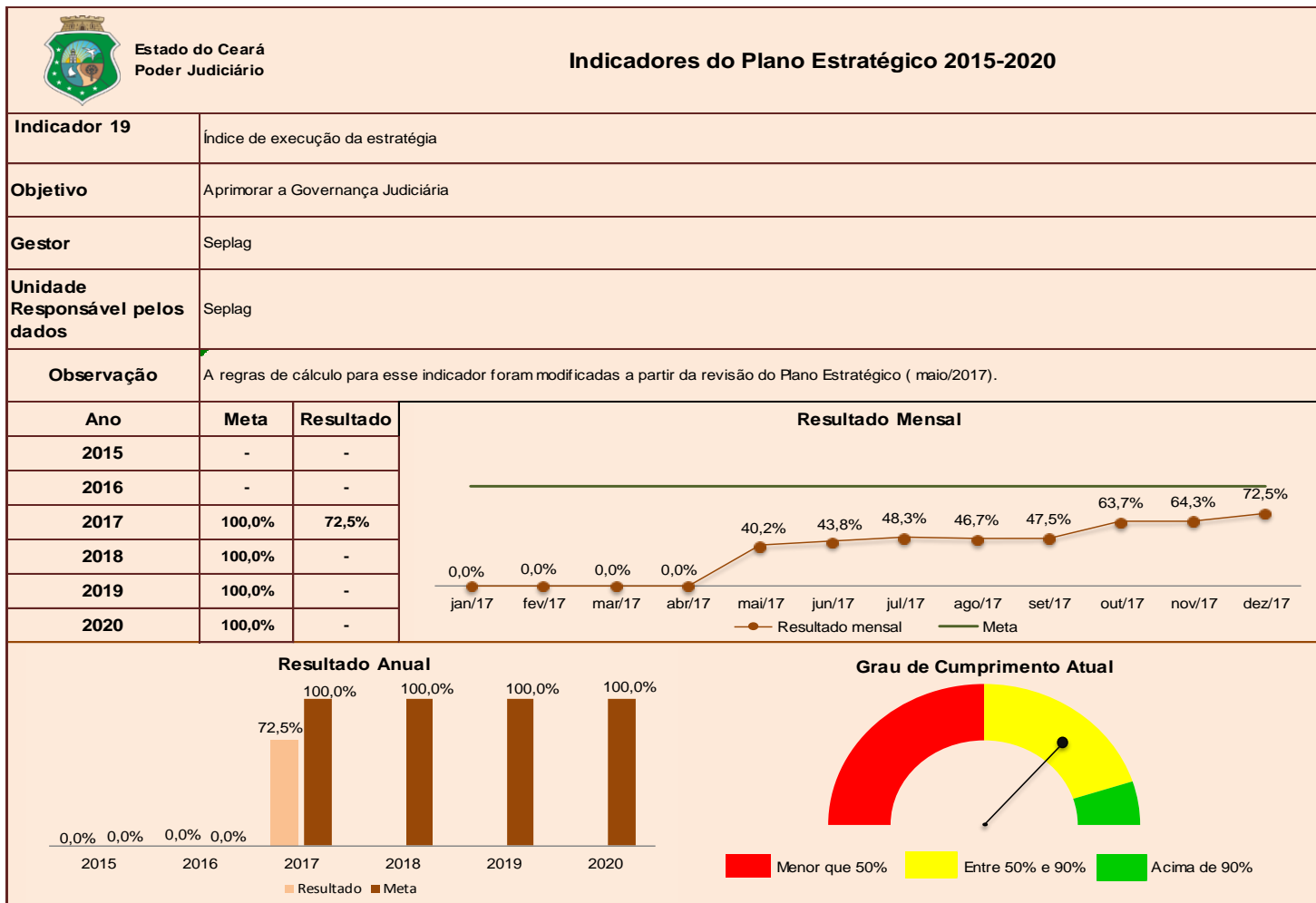


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça



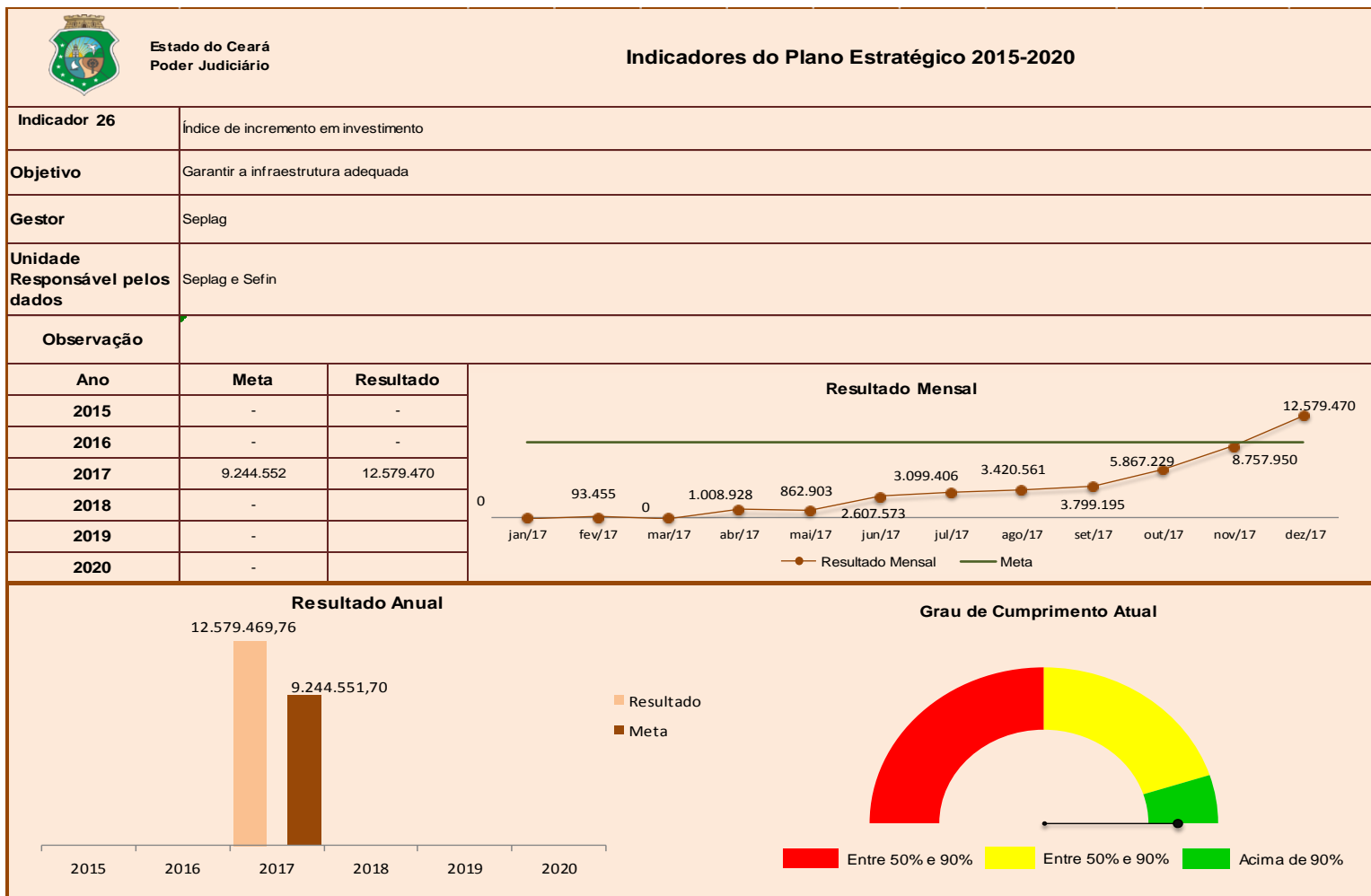


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





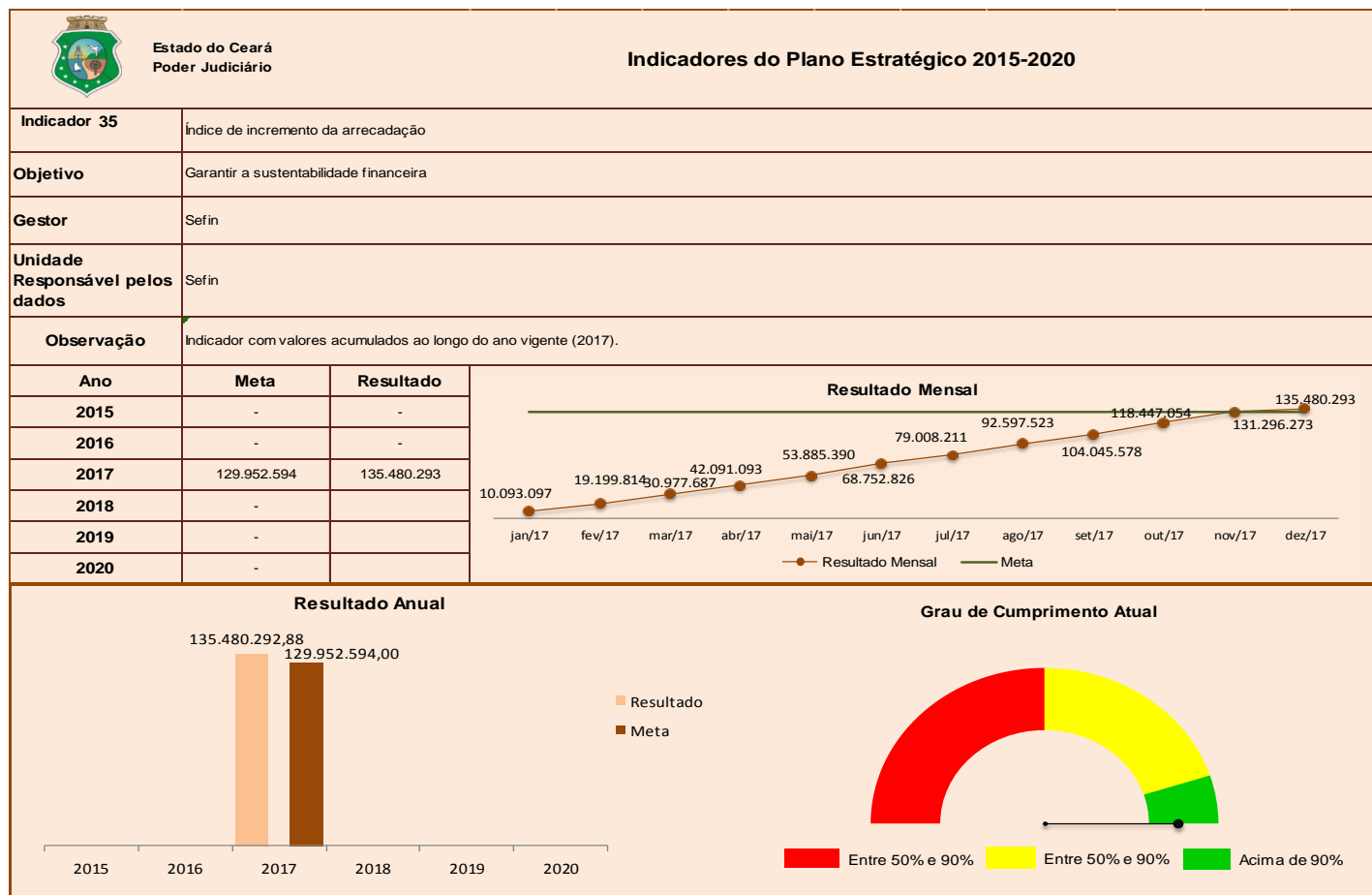
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





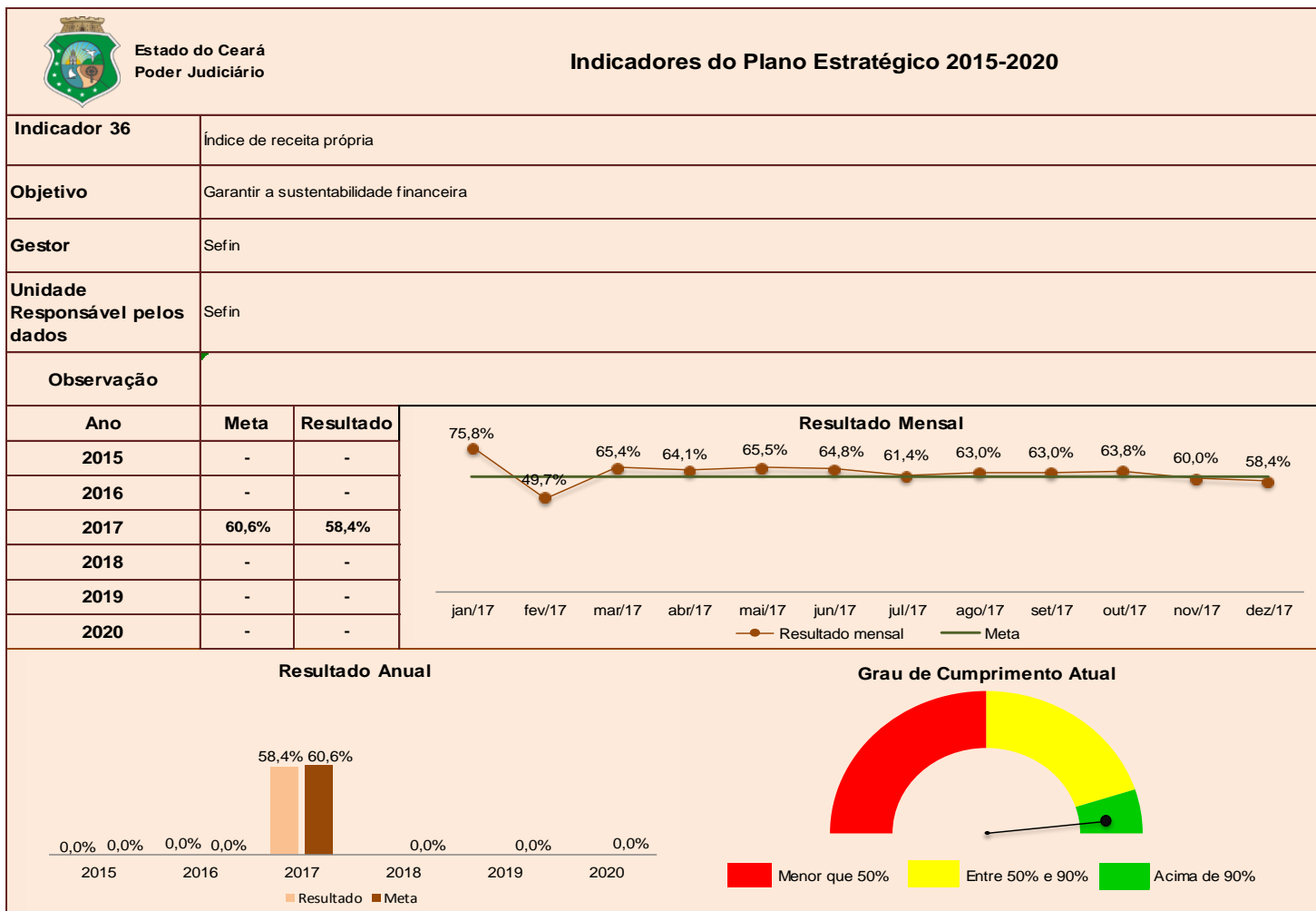
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: SECRETARIA DE FINANÇAS





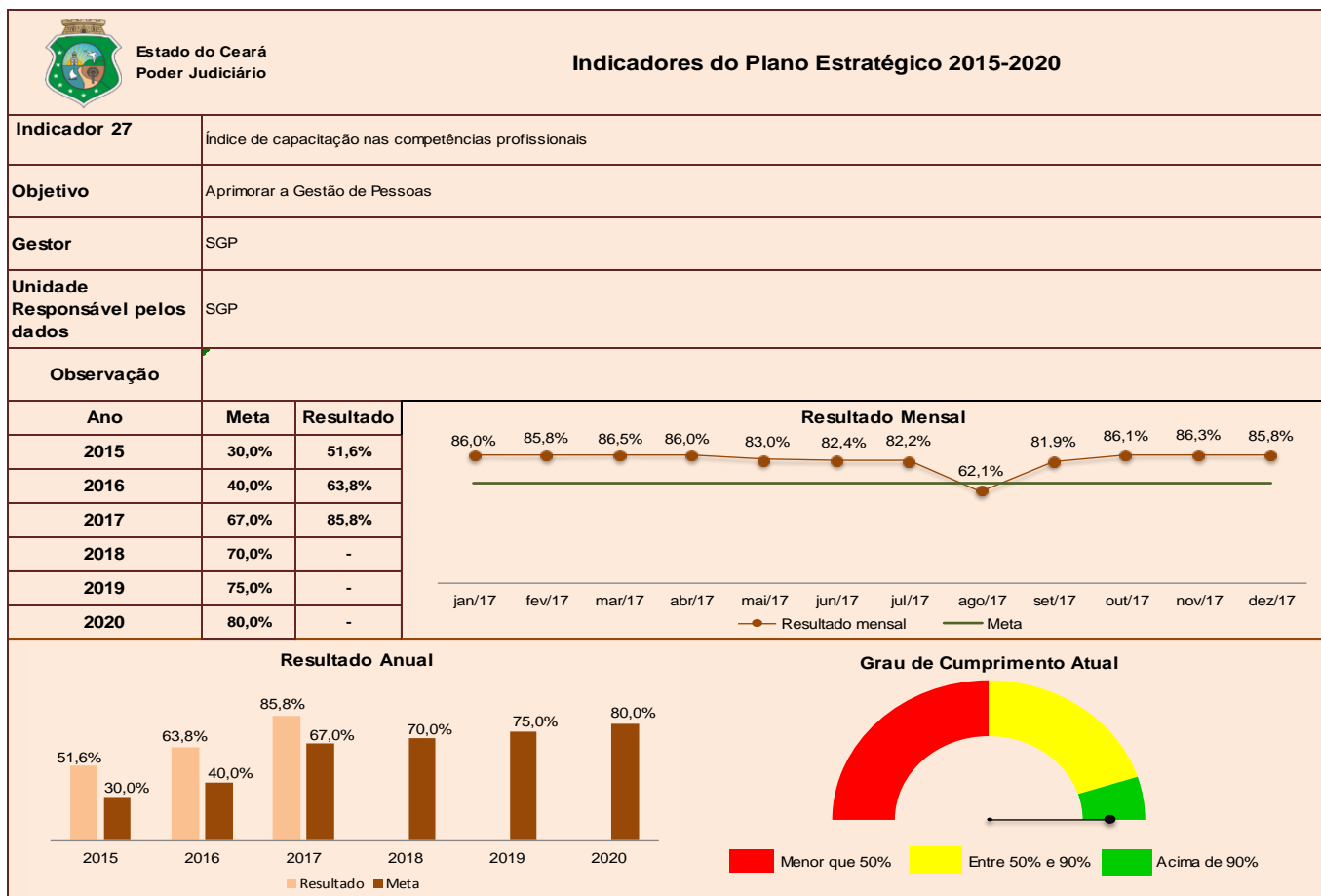
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





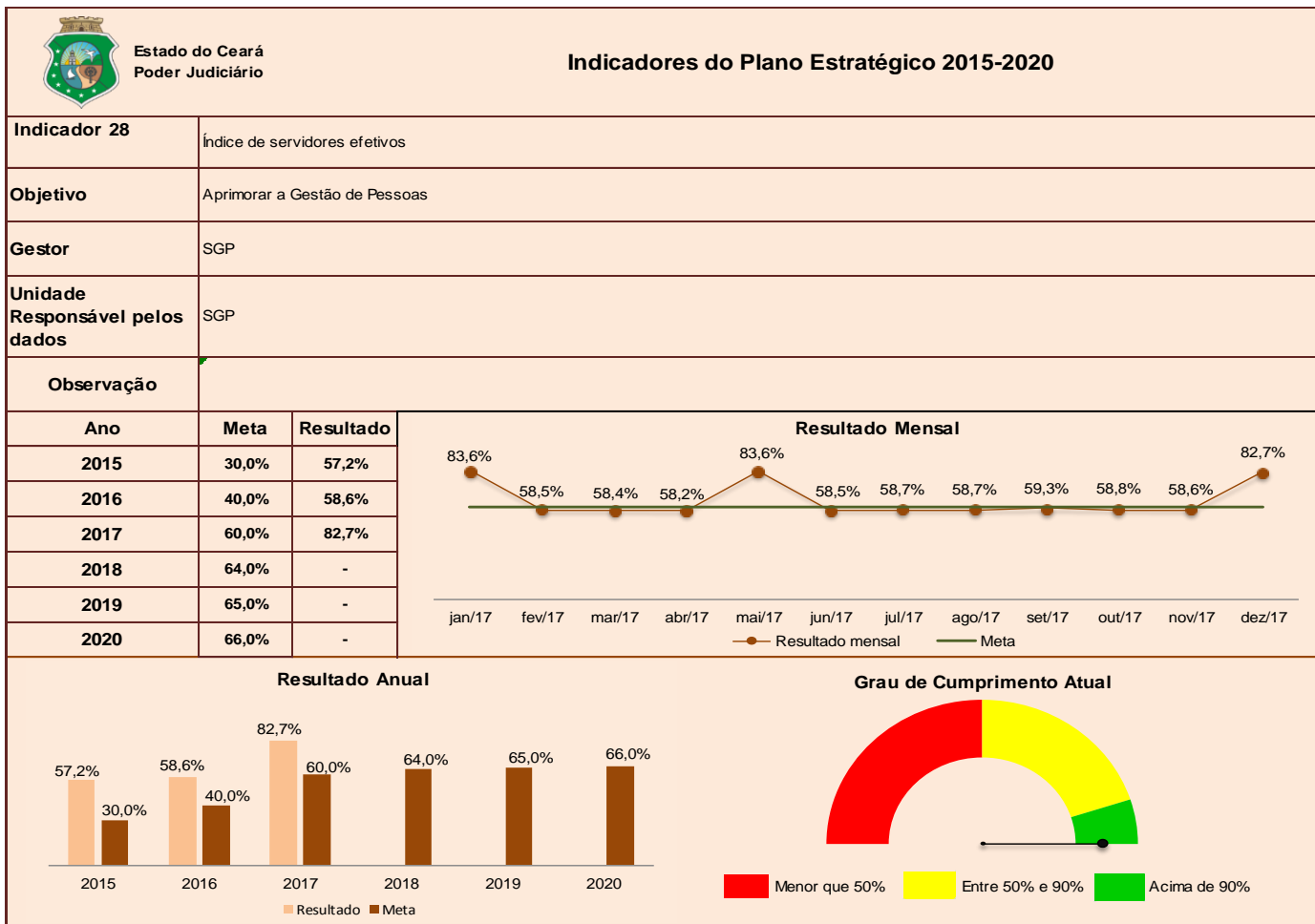
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



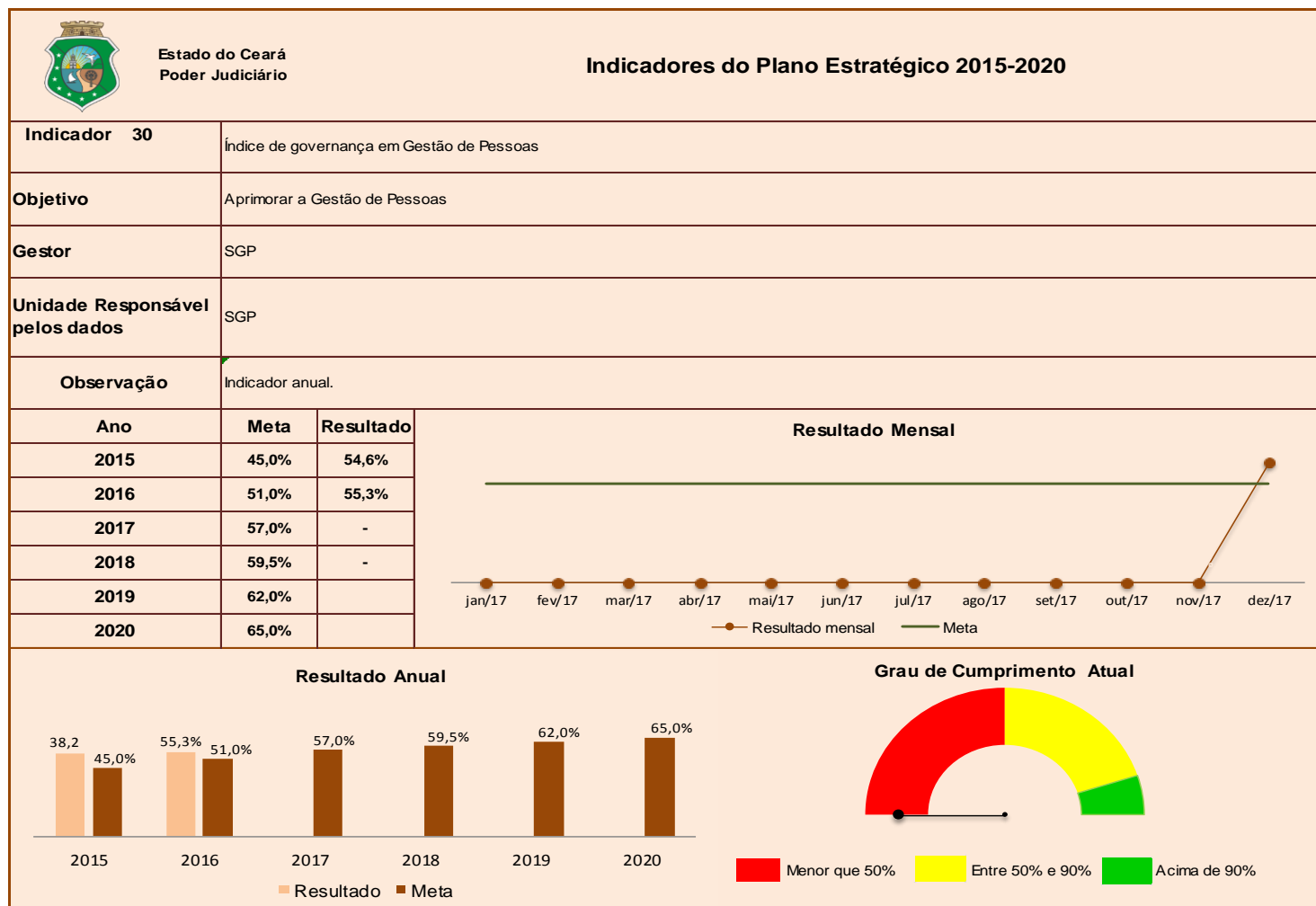


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça



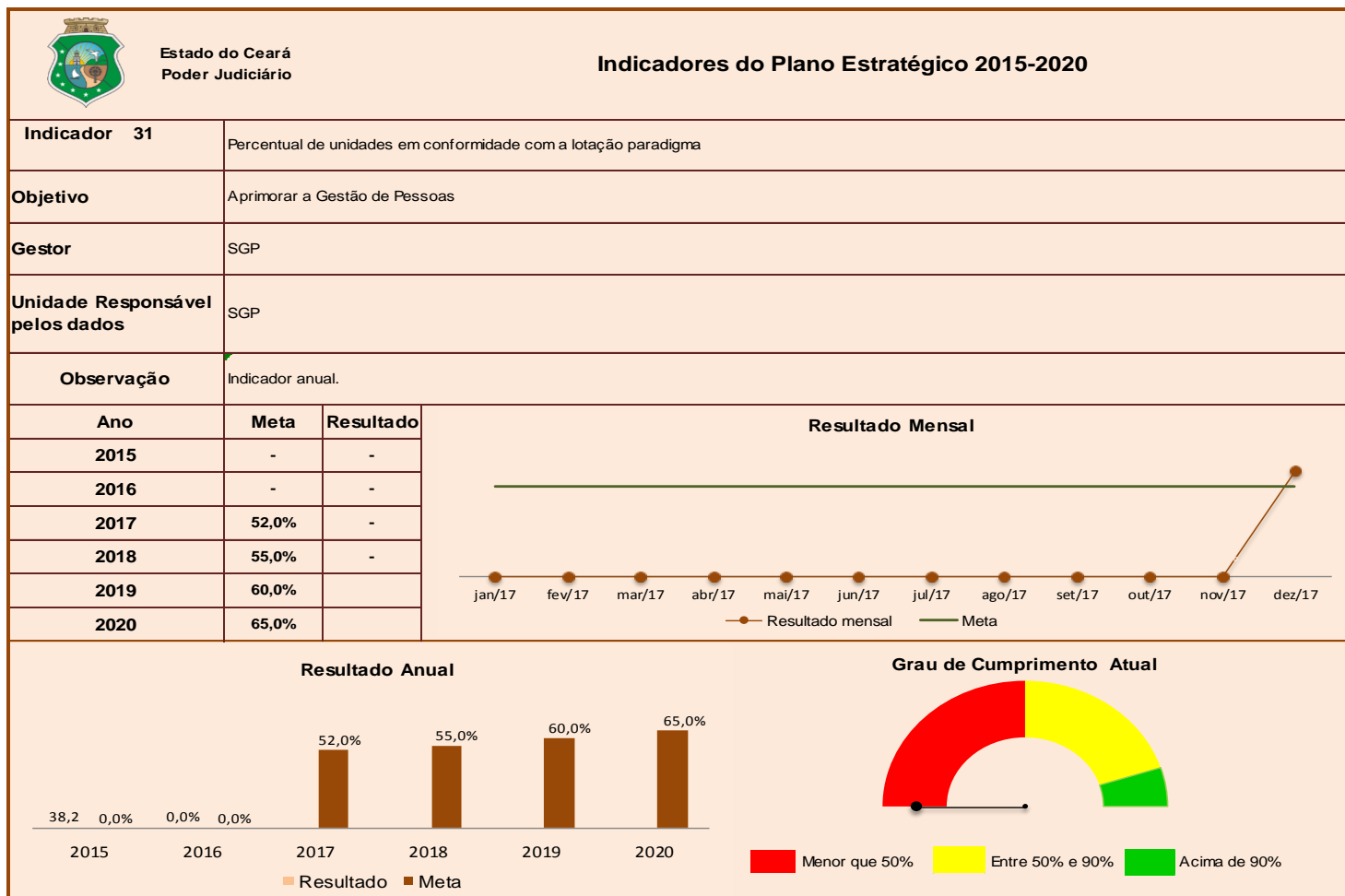


Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





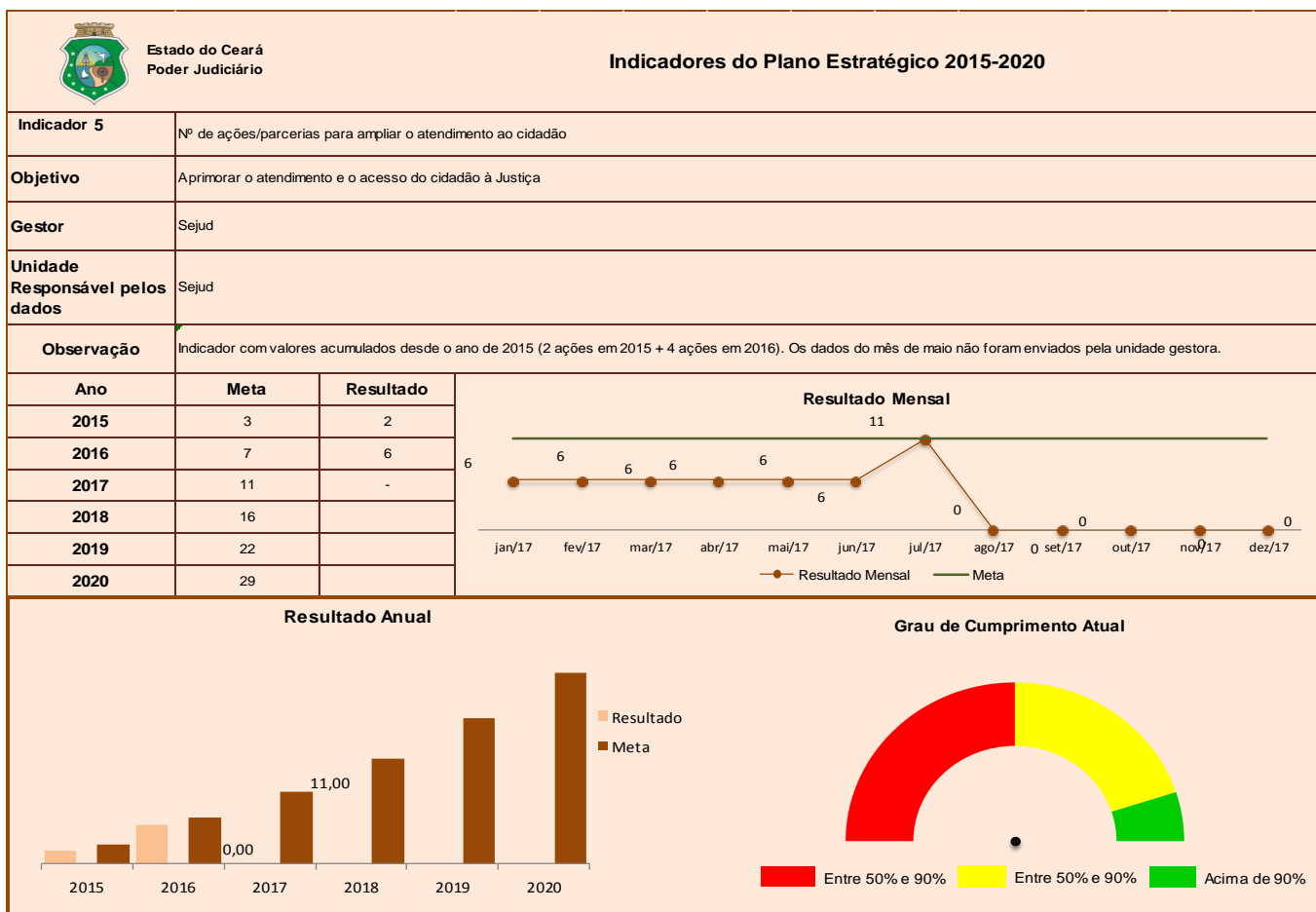
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

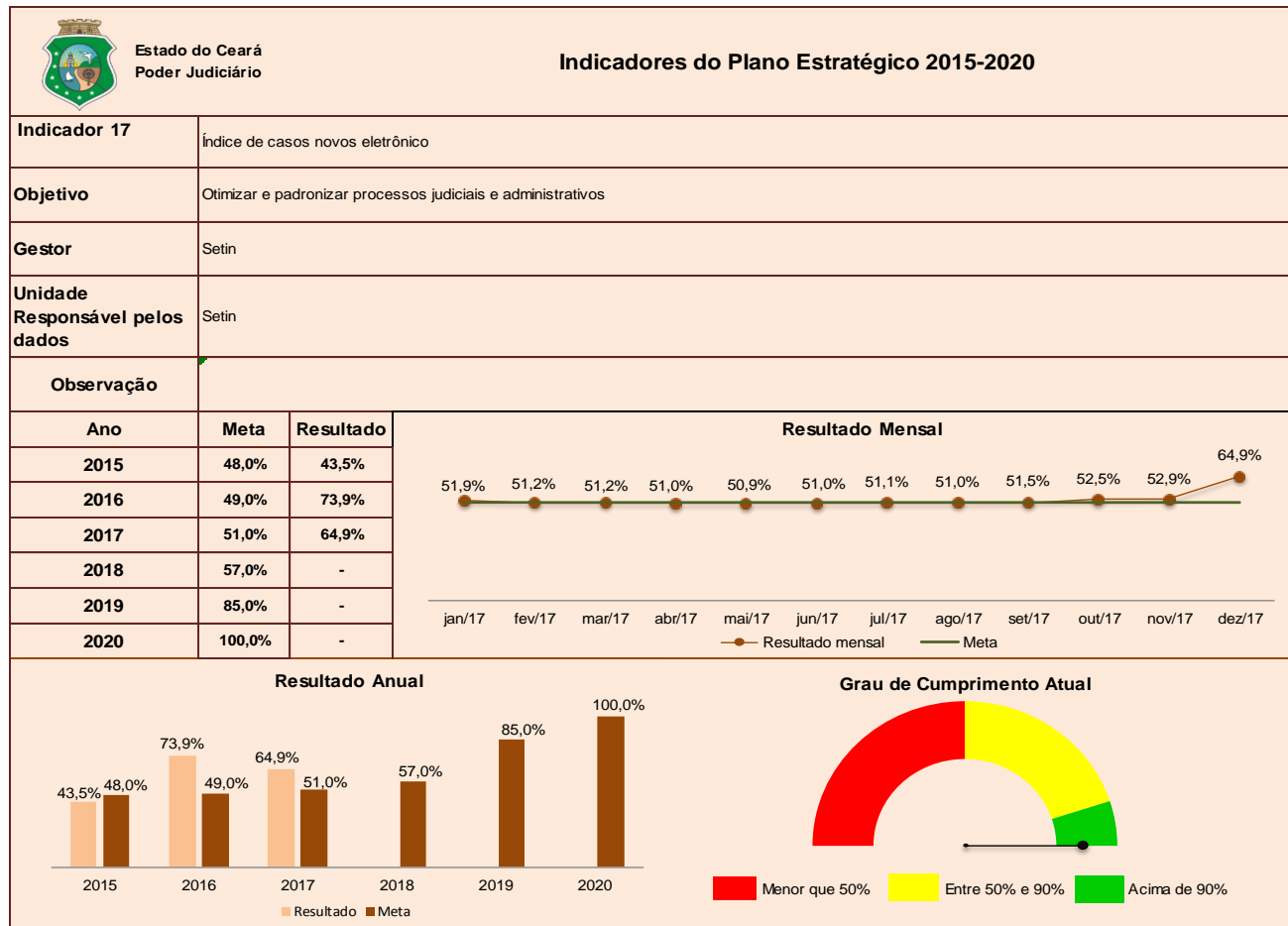
GESTOR: SECRETARIA JUDICIÁRIA





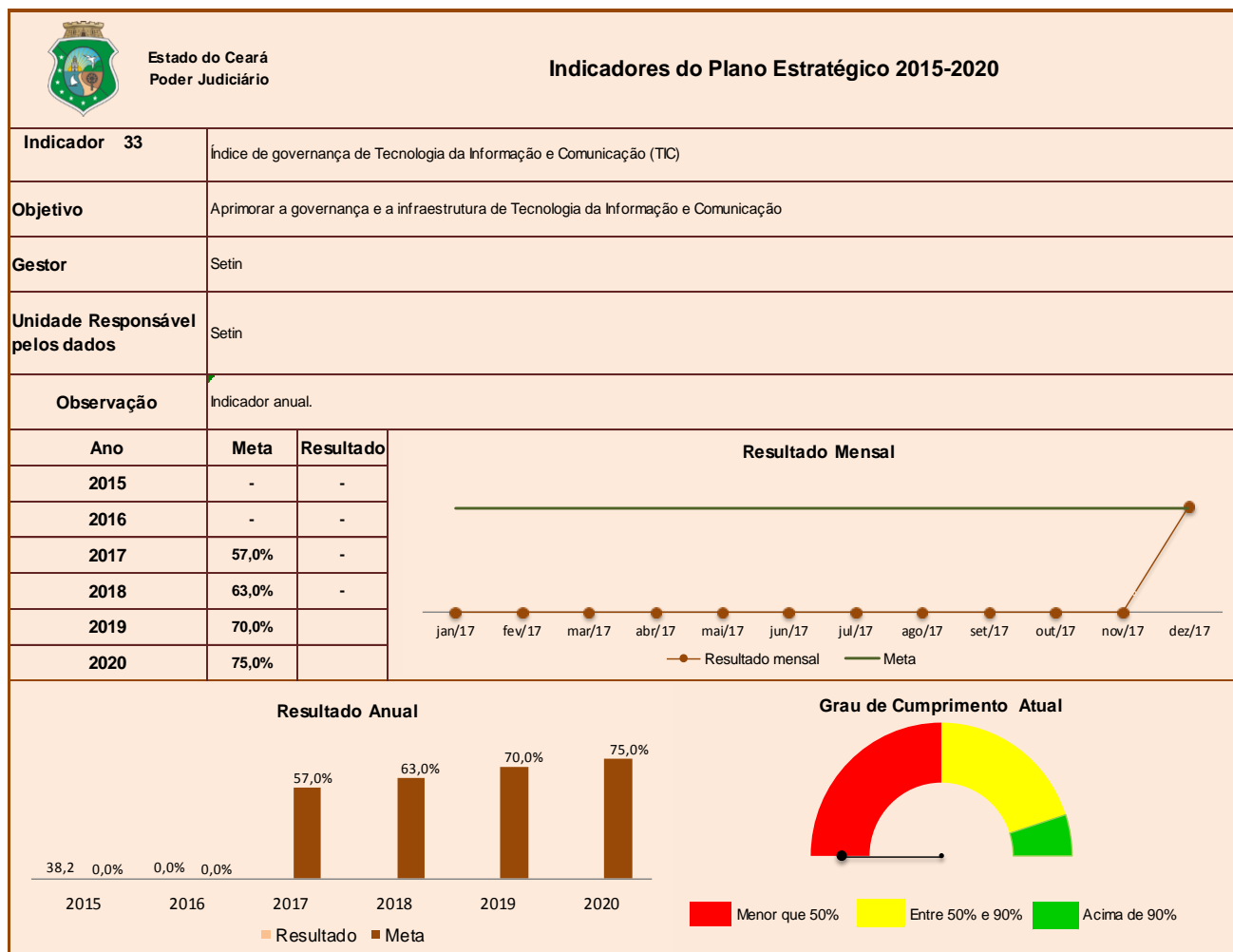
Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

GESTOR: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO





Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2017 – Tribunal de Justiça

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2017, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Secretário de Planejamento e Gestão

José Joaquim Neto Cisne
Secretário de Finanças do TJCE

Desembargador Francisco Gladyson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará